



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)**

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)

INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)

BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

LAYRA NOBRE DIAS

**INFÂNCIAS NEGRAS E A AÇÃO DA PM: OBSERVANDO AS RELAÇÕES DE
PODER E MEDO NA COMUNIDADE DA ESTRADA VELHA/ACARAPE-CE**

REDENÇÃO

2021

LAYRA NOBRE DIAS

**INFÂNCIAS NEGRAS E A AÇÃO DA PM: OBSERVANDO AS RELAÇÕES DE
PODER E MEDO NA COMUNIDADE DA ESTRADA VELHA/ACARAPE-CE**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Antropologia, vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Antropologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vera Regina Rodrigues da Silva

REDENÇÃO

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Dias, Layra Nobre.

D53i

Infâncias negras e a ação da PM: observando as relações de poder e medo na comunidade da Estrada Velha/Acarape-CE / Layra Nobre Dias. - Redenção, 2021.
70f: il.

Monografia - Curso de Antropologia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

Orientador: Profa. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva.

1. Violência policial. 2. Ceará. Polícia Militar. 3. Crianças - Violência. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 363.23

LAYRA NOBRE DIAS

**INFÂNCIAS NEGRAS E A AÇÃO DA PM: OBSERVANDO AS RELAÇÕES DE
PODER E MEDO NA COMUNIDADE DA ESTRADA VELHA/ACARAPE-CE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado na
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-brasileira, como exigência para a
nota parcial do título de Bacharel em Antropologia.

Aprovado em: 24 de agosto de 2021

Comissão examinadora

Prof^a. Dr^a. Vera Regina Rodrigues da Silva
Professora orientadora

Prof. Dr. Carlos Subuhana
Professor avaliador interno

Prof. Dr. James Ferreira Moura Jr.
Professor avaliador interno

(...) é muito mais difícil identificar e punir os crimes raciais na infância, porque historicamente a fala, o sentimento e as dores da criança são desconsiderados. (EURICO, p. 74, 2020).

Resumo

O presente projeto de pesquisa visa analisar a violência policial a partir da percepção das crianças da Estrada Velha em Acarape-CE, compreendendo como elas criam estratégias para resistir a estas situações de violência. Nessa análise, será incorporado o contexto nacional de violências direcionadas para as crianças negras como demonstram casos noticiados na grande mídia e redes sociais. Também serão analisados os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, bem como o histórico de surgimento da polícia militar, em diálogo com os conceitos de raça e racismo.

Palavras-chave: Infâncias Negras; Polícia Militar; Violência; Racismo

Abstract

This research project aims to analyze police violence from the perception of children of Estrada Velha in Acarape-CE, understanding how they create strategies to resist these situations of violence. In this analysis, the national context of violence directed at black children will be incorporated, as demonstrated by cases reported in the media and social networks. The data from the Brazilian Yearbook of Public Safety will also be analyzed, as well as the historical emergence of the military police, in dialogue with the concepts of race and racism.

Keywords: Black Children; Military Police; Violence; Racism

Sumário

1. Apresentação.....	07
2. Justificativa.....	10
3. Objetivos.....	13
3.1. Objetivo geral.....	13
3.2. Objetivo específico.....	13
4. Referencial teórico e problematização.....	14
4.1. Caminhos percorridos até a presente pesquisa.....	14
4.2. A Estrada Velha e a reaPODERE.....	17
4.3. Extensão universitária, crianças e a relação com a polícia militar.....	30
4.4. Polícia militar: surgimento, trajetória e consequências.....	35
4.5. Conceitos de Raça e racismo.....	52
5. Reflexões metodológicas.....	60
6. Referências bibliográficas.....	64
6.1. Material de imprensa e internet.....	67

1. APRESENTAÇÃO

Desde 2019 faço parte de um grupo de extensão, pesquisa e ensino na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) chamada Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (reaPODERE)¹, a rede atua na Estrada Velha, comunidade localizada no Acarape-CE, sendo visível em um dos campi da universidade, Palmares. A comunidade é majoritariamente negra, marcada por situações de vulnerabilidade social e econômica. Lá atuamos com crianças de 04 a 15 anos onde realizamos atividades socioeducativas com as mesmas.

Uma atividade realizada pela Reapodere no Natal de 2019 causou impactos profundos nos extensionistas que lá estavam. Foi uma apresentação teatral que deu início com a música “Me solta” do cantor Nego do Borel, onde as meninas formaram um círculo, dançavam e alguém dizia “pega ladrão”, então outro jovem da comunidade que representava um policial branco, chegava e abordava uma das meninas, a enquadrava e exclamava “puta, negra safada” e após isso a garota grita: “me solta porra!”, ainda se referindo à música do Nego do Borel. Depois se iniciou a música “*Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela onde eu nasci*”² onde as meninas dançavam alegres e batendo no peito, exaltando o orgulho de viver na comunidade e depois seguiram dançando outras músicas de funk. Importante ressaltar que as crianças produziram tudo sozinhas, escolheram as temáticas e músicas e nós apenas soubemos na hora da apresentação do que se tratava.

A partir desta apresentação refleti e percebo que as crianças sabem pelo que passam, veem o racismo, a violência, a opressão policial, mas por serem crianças a violência sofrida acaba sendo invisível, pois as suas dores são silenciadas. Além dessas percepções as crianças na ocasião se utilizaram do funk como forma de denúncia das opressões e a partir desse ato já se percebe o estigma de alto nível que essas pessoas e principalmente as crianças carregam: a pobreza, a negritude e apreciação de um estilo musical que infelizmente é marginalizado.

A partir desse contexto, o foco da minha pesquisa é direcionando para infâncias negras dentro da comunidade da Estrada Velha e as violências que sofrem, sejam elas

1 Coordenado pelo prof. Dr. James Ferreira Moura Jr., professor do Instituto de Humanidades da UNILAB

2 Música: “Eu só quero é ser feliz”; autores: Cidinho & Doca; ano: 1995

psicológicas, físicas e/ou moral, onde há o racismo que se une a essas violências, sendo ‘base’ na nossa sociedade, ou seja, se concentrando nos principais pilares: saúde, educação e segurança pública.

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. (ALMEIDA, 2018, p. 38)

A pesquisa trará questões relacionadas a essas violências sofridas por crianças negras, dando ênfase a ação policial que se faz presente diariamente na vida dos moradores não apenas da Estrada Velha, mas de muitas outras comunidades, observando que o índice de mortes de crianças pela polícia tem avançando rapidamente, conforme será demonstrado no decorrer do texto, causando comoção nacional além das diversas classes sociais enxergarem os problemas que são recorrentes nas periferias do país.

Um caso que chamou atenção nacionalmente foi a de Marcus Vinícius da Silva, de 14 anos, que em 2018 ao ir à escola pela manhã no Complexo da Maré no Rio de Janeiro, foi atingido por uma “bala perdida”. Em 2019 mais um caso, Ágatha Vitória Sales Félix, 8 anos de idade atingida por uma bala que ultrapassou o revestimento do banco do carro em que estava e à atingiu, no Complexo do Alemão também no Rio de Janeiro. Em 2020, Mizael Fernandes da Silva de 13 anos, morreu enquanto dormia, policiais invadiram sua casa e efetuaram disparos que o atingiram, na cidade de Chorozinho, próximo a Fortaleza. Importante ressaltar que esses casos são um grão de areia em meio a uma enorme praia. Apesar de serem casos que tiveram comoção nacional, existem ainda muitos casos ocultos, ou que apenas não tiveram grande repercussão.

Apesar de estarmos tratando a respeito de crianças é importante lembrarmos que nossos jovens também estão sendo mortos pela polícia e ela continua se omitindo ou pelo menos tentando, em relação a essas mortes. Um caso que ficou muito famoso foi a de Paraisópolis, em 2019, São Paulo, onde nove jovens foram pisoteados após tumulto e correria em um Baile funk. Há duas versões sobre o ocorrido; a polícia declara que ao fazer a ronda na favela, é alvejada por tiros e os policiais revidam com armas químicas, além de declararem não ter feitos disparos com armas de fogo, ocorrendo a confusão e as mortes; a segunda versão são dos frequentadores do baile, que declaram que a polícia chegou ao local, disparou contra as pessoas e agrediu as vítimas. Vale destacar que no ocorrido em Paraisópolis, os mortos eram majoritariamente negros.

Um caso que também vem ganhando destaque são os das 3 crianças, Lucas Matheus de 8 anos, Alexandre da Silva de 10 anos, e Fernando Henrique, de 11 anos, que desaparecem em dezembro de 2020 no Rio de Janeiro e ainda não foram encontradas. Renato Nogueira apresenta que “O caso desses três meninos não é isolado. As crianças negras (pretas e pardas) são maioria entre as desaparecidas: só no estado do Rio de Janeiro, representam 73,18% do total segundo dados da Fundação para a Infância e Adolescência. Outro estudo demonstrou que, nas 17 cidades brasileiras com mais de 1 milhão de habitantes, 86% das crianças em situação de rua são negras.”³(NOGUERA, 2021)

As mortes dessas crianças e jovens negros são colocadas como “balas perdidas”, ou até mesmo culpados, mas a verdade é que compreendemos como o Estado trabalha com sua Necropolítica: já que matar os adultos não está ‘resolvendo’, então matar nossas crianças seria uma forma ‘adequada’ de ter um genocídio mais rápido da população negra e pobre.

Achille Mbembe em sua obra “Necropolítica” se baseia em Michel Foucault e seu termo biopoder entre outras obras do autor, para explicar como o Estado dispõe do direito de matar com seu discurso de ordem social, “por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.” (MBEMBE, 2016, p. 123). Ou seja, “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é.” (MBEMBE, 2016 p. 135)

3 Disponível no site: <https://lunetas.com.br/criancas-negras-desaparecidas-ate-quando-vamos-aceitar/>

2. JUSTIFICATIVA

A importância desse tema na nossa atualidade se dá pelas crescentes mortes das crianças pretas nas periferias, de acordo com um levantamento realizado em 2020 pelo Fórum Brasileiro de Segurança a pedido do jornal Folha de S. Paulo, onde afirma que entre 2017 e 2019 mais de 2.215 crianças e adolescentes foram mortas por policiais em todo o país.⁴

Este não é o único motivo, mas se torna um dos mais relevantes tendo em vista os vários futuros e sonhos que estão morrendo com elas. Mesmo com a grande repercussão de alguns casos, continua sendo ‘comum’ e acontecendo com continuidade. Os casos com comoção nacional são dolorosos e assustadores, mas sabemos que ainda há muitos casos que ainda não temos conhecimento. Procura-se um culpado quando já se tem, mas a culpa é realmente de quem? De quem está na mira, de quem segura a arma ou de quem se esconde atrás de paletós e dinheiro?

Além disso há a necessidade de haver mais trabalhos acadêmicos que dialoguem sobre os corpos infantis em meio a violência policial brasileira, onde percebemos que os estudos são mais voltados aos adultos, além de haver escassez de trabalhos voltados a essa temática. Percebi essa carência nas pesquisas quando visitei o repositório online que contemplam monografias, dissertações e teses de três universidades: UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), UFC (Universidade Federal do Ceará) e UECE (Universidade Estadual do Ceará). Na procura de trabalhos na área utilizei de três palavras-chaves separadamente: Polícia Militar; Infância; Favela; visando a partir do título dessas pesquisas, observar como essas palavras-chave eram trabalhadas e se poderia achar conexões acerca do tema aqui proposto. A busca não se baseou em um curso específico, sendo realizado no período de um mês.

No quadro 1 apresento o quantitativo de resultados de cada palavra-chave, e no quadro 2 apresento os únicos trabalhos que ligavam minimamente o assunto de infância e a violência da polícia militar. No quesito infância os trabalhos achados tratavam em sua grande parte de violência doméstica e saúde da criança; no quesito polícia militar, tratavam sobre o adoecimento da polícia; ditadura; mulheres na polícia, dentre outros; no

4 Saiba mais em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/12/em-tres-anos-policiais-mataram-ao-menos-2215-criancas-e-adolescentes-no-pais.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha

questo favela se focou muito na educação e serviço social. Com esses dados percebe-se a dificuldade de falar sobre dois assuntos que apresentam muitas opiniões diferentes, e mesmo sendo uma discussão necessária ainda se percebe os tabus em cima das temáticas.

Quadro 1 – Quantitativo de pesquisas de acordo com a palavra-chave			
Palavras-chave:	Universidades:		
	UNILAB	UFC	UECE
Polícia Militar	4	634	81
Infância	15	675	376
Favela	3	89	64
Fonte: Elaboração da autora			

Quadro 2 - Trabalhos que contemplam a temática desejada de acordo com as palavras-chave			
Palavras-chave:	Universidades:		
	UNILAB	UFC	UECE
Polícia Militar	N	“Cuidado, é “de menor”: adolescência e criminologia midiática no programa policialesco Cidade 190” (SILVA, 2019) – Graduação/Jornalismo	N
Infância	N	N	N
Favela	“Quem puxa o gatilho? Violência policial contra moradores da favela planeta dos macacos, Salvador, BA” (SANTOS, 2019) – Graduação/Humanidades	“Indignação e rotinização: sobre sofrimentos e estratégias para lidar com a violência policial em uma favela pacificada” (MOTTA, 2020) – Artigo	N
Fonte: Elaboração da autora			

Os dois quadros acima apresentam a baixa quantidade de trabalhos baseadas no título que relacionam infâncias negras e a polícia militar. Sabe-se que é um assunto delicado, pois além de gerar grande incômodo, também desperta maior sentimento de insegurança. Quem deveria nos proteger, está nos matando.

Cartografar os movimentos dessas infâncias, estar presente nesses três territórios, têm demonstrado a importância de escutá-las e produzir como efeito desta escuta seu reconhecimento como sujeitos de ação, tornando possível que elas falem, sejam presenças em nossas narratividades e não apenas objetificadas. Ao mesmo tempo, perseguindo como horizonte ético a não romantização das vidas periféricas, compondo com o enfrentamento das violências e exclusões a que são submetidas em suas determinantes estruturais, associadas ao modo de vida capitalista, e, assim, ecoando em suas diferentes lutas e conquistas. A invisibilidade social e política das crianças, levando em conta não apenas o critério etário e geracional, mas também sua condição de classe, raça e etnia, vai se confirmando como uma linha-luta associada às ações cotidianas das crianças. Quando reunidas, mobilizam, torcem, provocam tensões. Sua participação e ação política pode ficar invisibilizada justamente pelos referenciais adultocêntricos e racionalistas (saber, ter consciência, ser competente, maduro). Os efeitos de nossas ações, pela constituição conjunta de um território existencial, podem numa cartografia processual e intergeracional nos dizer sobre outros aspectos dessa difícil tarefa de se fazer cidadã ou cidadão em nosso país. A ação política implica imaginar impossíveis. As crianças buscam ocupar espaços que na ótica adultocêntrica não são adequados e nisto reside subverter, lançar problemas às lógicas instituídas de entender as sociabilidades entre gerações. (COSTA; TEMOTEO; MOURA JR; PEREIRA; NUNES; 2020, p. 223)

Dito isto, esse projeto visa abordar sobre essa violência invisível das crianças, mas não apenas isso, também refletir sobre as oportunidades que essas crianças deveriam ter. Onde estão os privilégios e oportunidades das crianças negras da periferia? Educação e saúde de qualidade, segurança que não as deixe inseguras. Infelizmente essas crianças recebem o oposto do que deveria resguardar suas vidas. Tratar de infâncias negras adentra em um campo de inúmeras violências. Dessa forma compreendo esse projeto como sendo um assunto significativo e relevante para o momento em que vivemos, pois assim a partir dessa escrita podemos contribuir com formas de trazer mais visibilidade para essas crianças que continuam sendo silenciadas, dando força para que em conjunto com sua comunidade e outras crianças idealizem e ergam um futuro digno de voz ativa e como resultado haja a diminuição do extermínio infantil.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

- Analisar a violência policial a partir da percepção das crianças da Estrada Velha e compreender como elas criam estratégias para resistir a estas situações de violência.

3.2 Objetivos específicos

- Compreender as estratégias infantis das crianças da comunidade da Estrada Velha para lidar com o medo da violência policial;
- Analisar as violências direcionadas para as crianças negras;
- Analisar dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública sobre a violência policial contra pessoas negras;

4. REFERENCIAL TEÓRICO E PROBLEMATIZAÇÃO

4.1 Caminhos percorridos até a presente pesquisa

A construção de um projeto normalmente parte de um passado recente ou não, que evoca a trajetória de quem escreve, e aqui não o é diferente. Se perceber a partir de um meio totalmente desconforme rememora um não-lugar e a procura por aceitação se mostra necessária, principalmente para quem não se reconhece em lugar algum. Inicialmente penso em uma elucidação para a chegada até este ponto. Minha trajetória como menina mulher de cabelos alisados e colocada como parda entra em choque quando inicia a vida na universidade. No passado não havia necessidade de se pensar em pertencimento racial, pois “pardo” era o que eu e mais dezenas de pessoas éramos. Cabelo alisado se tornava algo mais comum ainda e fundamental para se sentir minimamente bem-visto e aceito.

Poucos meses antes de saber que havia passado para a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), uma decisão difícil estava tomando palco: o famoso ‘BC’ (em inglês ‘big shop’, ou como chamamos ‘grande corte’) que consistia em cortar as partes alisadas do cabelo, deixando apenas o cabelo natural ressurgir depois de anos de químicas pesadas. Obviamente um passo complicado, pois, ter seu cabelo natural que não era visto como ‘normal’ dava espaço para mais bullying (explicitamente racismo) e ‘brincadeiras’ passíveis de traumas duradouros. A entrada na universidade abriu portas de conhecimento, aceitação e pertencimento racial nunca antes sentido.

Para nós que passamos pela transição capilar e passamos a usar nossos cabelos crespos, a experiência da mudança implica em uma transformação. Deixamos de querer nos anular em uma prática normatizadora da beleza e experimentamos uma nova estética com todas as suas implicações. Vivenciamos o racismo de maneira ainda mais eloquente quando decidimos usar os cabelos crespos, nos tornamos outras mulheres. (CRUZ, p. 356, 2018)

Compreendo que essa pesquisa não é voltada a falar sobre cabelos, mas é importante compreender que essa também é uma violência sofrida por muitas pessoas negras das mais diversas idades, pensando que o que é ditado como ‘padrão de beleza’ seria o cabelo liso, onde principalmente as crianças sentem com mais força esses estereótipos, pois não compreendem com perfeição como nossa sociedade trata cabelos crespos e peles negras.

Exemplo dessa violência foi um caso de 2019 onde uma criança foi barrada de se matricular em uma escola devido seu cabelo crespo e volumoso, é importante ressaltar

que a criança só tinha 08 anos de idade e a justificativa da diretora da escola é que a criança não seguia o “estilo social” que era ‘padrão’ na escola, que deveria ser de crianças com “cabelos baixos”, ou seja, desde pequeno o racismo e a desigualdade racial perpassam seu corpo. Outro caso, foi a de um jovem da qual em uma abordagem policial, um dos militares usou da violência física contra o adolescente de 16 anos, devido seu cabelo crespo, onde no vídeo descrito na reportagem em um trecho o policial diz: “você pra mim é ladrão, você é vagabundo... com essa desgraça desse cabelo aqui”.⁵

É perceptível como as violências se entrecruzam, independente se é em uma abordagem policial ou até mesmo na escola. Casos como esses são comuns e podem ser vistas em um ângulo simples: você já teve curiosidade de pesquisar no google na aba de imagens sobre *pele bonita e pele feia? Cabelo bonito e cabelo feio? Ou até criança bonita e criança feia?* Apesar de depois de muitas críticas ao google nas redes sociais e principalmente no Instagram a respeito das imagens que visivelmente destacavam pessoas negras em posição negativa, hoje ao verificar novamente, ainda é perceptível o padrão de beleza imposto como correto e aceitável. A violência que é promovida contra nossas crianças e jovens negros contribui para um futuro traumático.

Vale ressaltar que na minha trajetória além no quesito cabelo, havia o quesito ‘cor’. Ser identificada como parda (o) em um país como o Brasil, abre espaço para inúmeras violências. Escuro demais para ser branco e claro demais para ser negro, mas apesar da diversidade do colorismo quando se trata de ser negro, muitas pessoas consideradas pardas ainda sofrem com esse não-lugar. O preto sempre visto como ruim abre espaço para um sentimento de repulsa. Quem quer ser negro? E então nasce as várias classificações principalmente no quesito feminino: parda; morena; mulata; da cor do pecado; cor de bombom... a lista é longa. Perceber como nossas crianças se veem nos ajuda a compreender a forma que nós adultos estamos as atingindo e fazendo com que atinjam terceiros.

Nunes em seu artigo “Cadê as crianças negras que estão aqui?” O racismo (não) comeu” (2016) em complemento com outras autoras, apresenta resultados de pesquisas de como as crianças se reconhecem estando em seu ambiente escolar:

Além disso, como nas pesquisas de Fazzi (2000) o termo moreno volta a surgir entre as crianças, o que nas observações da pesquisadora indicava que “encontrou-se mais desejo de possuir traços físicos brancos entre as crianças que se autodefiniram como ‘morenas’ do que em crianças que fizeram uso da categoria ‘preto’” (p. 163). A autora

5 Todas as matérias citadas se encontram disponíveis nas referências bibliográficas.

conclui que “apreender quais os sentidos e significados mostra-se uma questão central para que se possa compará-los com os resultados obtidos juntos a adultos e adolescentes [...] talvez seja uma saída para entender se e quando se dão as rupturas em termos dos sentidos e significados dados à cor/raça” (NUNES, 2016, p. 167).

Pode se perceber como as representações de cor, cabelo, e até o corpo podem afetar a sociabilidade das crianças, não apenas na escola, mas nos mais diversos ambientes. O racismo chegou a mim dessa forma, desde criança não sendo aceita, excluída do meio social da escola tanto das meninas quanto dos meninos, além de até mesmo na adolescência (ensino médio) isso continuar se refletindo não só pelos próprios colegas, mas também por professores, que nitidamente tinham preferências, principalmente no que se tratava de alunos (as) com melhores condições financeiras.

Quando se começa a perceber o motivo pela exclusão parte a vontade de mudar e nesse caso mudar de visual na tentativa de se sentir aceito parecia o melhor a ser feito. Souza em seu livro “Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social” (1983) traz uma passagem que representa o não-lugar e tentativa de negar a si mesmo:

- “Meu pai dizia que a gente era rico. Minha mãe dizia que a gente era pobre. Eu achava que ser rico era morar naqueles edifícios que tinham brinquedos. Mas, também, não era pobre, porque pobre era morar na favela. Aí eu não sabia meu lugar, mas sabia que negra eu não era. Negro era sujo, eu era limpe; negro era burro, eu era inteligente; era morar na favela e eu não morava e, sobretudo, negro tinha lábios grossos e eu não tinha. Eu era mulata, e ainda tinha esperança de me salvar...” (Luisa) (SOUZA, 1983, p. 64)

Com esse trecho reafirmo como a visão sobre o negro é marginalizada, então se afastar dele seria uma forma de se aproximar do que é aceitável e nesse caso o branco. Consoante as relações de pertencimento e não lugar não só na escola, mas na vida de uma forma geral, Nunes (2016) citando Gobbi (1997) e Santiago (2014) apresenta uma visão muito instigante sobre nós adultos em relação as crianças:

Segundo Márcia Gobbi (1997) “o termo adultocêntrico aproxima-se aqui de outro termo bastante utilizado na antropologia: o etnocentrismo: uma visão de mundo segundo a qual o grupo ao qual pertencemos é tomado como centro de tudo e os outros são olhados segundo nossos valores, criando-se um modelo que serve de parâmetro para qualquer comparação. Nesse caso o modelo é o adulto e tudo passa a ser visto e sentido segundo a ótica do adulto, ele é o centro” (p. 26). Em suas considerações, Santiago (2014) aponta que “o adultocentrismo não permite olhar e ouvir o que as crianças pequenininhas querem nos transmitir, nos deixando amarrados em padrões de linguagens e de comportamentos que muitas vezes não correspondem a “intempestividade” da própria infância” (p. 112). (NUNES, p. 405-406, 2016)

Assim acabamos por silenciar nossas crianças impedindo-as de se expressar, por achar que nós adultos sempre saberemos o que é certo e melhor para elas. Mas para se pensar infâncias e principalmente infâncias negras, devemos voltar ao nosso próprio passado. Como o eu criança via e agia em frente ao racismo, preconceito, as chamadas "brincadeiras de mal gosto", como meu meio reagia em frente à relatos doloridos e chorosos? E após isso, como foi o caminho da minha infância para a minha adolescência? E logo depois para a fase adulta? Lembrar de quem você foi e o que te fez chegar até aqui pode abrir portas para captar e reaprender como as crianças se veem e se entendem no seu meio social.

Pensando nessas trajetórias, negação a voz ativa das crianças e dessa marginalização ao negro, considero como a comunidade da Estrada Velha e principalmente as crianças se veem diante dessas estigmatizações e como resistem nesses espaços, pois sua cor, sua classe social e a forma que vivem se colocam como marcadores que causam segregação diante a outros bairros e comunidades.

4.2 A Estrada Velha e a reaPODERE

A comunidade da Estrada Velha se localiza em Acarape-CE, que pode ser avistada entre o *campus* Palmares e Auroras - que fazem parte da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), é uma comunidade que sofre com a ausência de políticas públicas⁶, ou seja, necessidades básicas do cidadão, como água, luz, saneamento básico e por vezes até alimentação. De acordo com o relato dos moradores, apesar de a comunidade já ter recorrido várias vezes à prefeitura, a mesma nunca deu uma devolução concreta. Além disso, os moradores passam por outras dificuldades como os estereótipos e estigmas por serem majoritariamente negros e fazerem parte de uma comunidade em situação de vulnerabilidade social⁷.

Carneiro e Veiga (2004) definem vulnerabilidade como exposição a riscos e baixa capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e pessoas para enfrentar e superar os desafios com que se defrontam. Portanto, os riscos estão associados, por um lado, com situações próprias do ciclo de vida das pessoas e, por outro, com condições das famílias, da comunidade e do ambiente em que as pessoas se desenvolvem. Dessa forma, Carneiro e Veiga (2004) concluem que vulnerabilidades e riscos remetem às noções de carências e de exclusão.

6 As políticas públicas se dão através de programas e/ou atividades municipais, estaduais e/ou federais que são realizadas pelo governo de acordo com a necessidade de cada lugar.

7 A vulnerabilidade social se dá pela condição de fragilidade principalmente material, sendo este indivíduo, família, ou comunidade estando em processo exclusão social devido sua condição principalmente socioeconômica.

Pessoas, famílias e comunidades são vulneráveis quando não dispõem de recursos materiais e imateriais para enfrentar com sucesso os riscos a que são ou estão submetidas, nem de capacidades para adotar cursos de ações/estratégias que lhes possibilitem alcançar patamares razoáveis de segurança pessoal/coletiva. (JANCZURA, 2012, p. 304)

A Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (reaPODERE) é um grupo de pesquisa, ensino e extensão⁸ da Unilab, que atua na comunidade da Estrada Velha desde 2016, realizando atividades socioeducativas com crianças, onde por meio delas é possível compreender melhor a comunidade e seus moradores. Em setembro de 2019, entrei na Rede e atuo na comunidade juntamente com os outros membros do grupo. A referida comunidade tem por volta de 60 famílias e nós atuamos com crianças de 04 a 15 anos de idade. Em relação da escolha da comunidade para a extensão universitária:

Esta comunidade foi escolhida campo de ação da reaPODERE por contadas diversas privações vivenciadas por moradoras e moradores desse local, assim como da invisibilidade de suas problemáticas perante o poder público e a própria universidade. Desse processo, surgiu o contato com as crianças que sofrem com a situação de pobreza e o interesse de entender de que forma essas pessoas resistem nesses espaços. Podemos perceber na dinâmica da comunidade movimentos de resistências (como os diversos espaços de lazer experienciados pelas crianças da comunidade) e de opressão (locais passíveis a focos de doenças, criminalidades e violências) que influenciam no desenvolvimento das crianças de forma específica e interseccional. (MOURA JR; LIMA; SILVEIRA, 2018, p. 453)

Com essa citação pode-se perceber que a comunidade realmente vive uma invisibilidade não apenas no bairro em que está localizada, mas principalmente por toda a cidade de Acarape e seus governantes, da qual deveriam ser sempre prestativos a população. Desta maneira a comunidade sempre busca formas de resistências para se defender dos inúmeros estereótipos da qual são classificados.

A partir daqui serão utilizadas imagens do acervo da reaPODERE para ilustrar a comunidade, as crianças, as atividades e circulação dessas pessoas. A utilização dessas imagens foi permitida pelo coordenador do grupo de extensão, o prof. Dr. James Ferreira Moura Júnior e por questão de segurança e respeito as crianças e moradores, todos os rostos serão borrados quando necessário.

⁸ Pesquisa, ensino e extensão são o tripé da universidade, onde toda atividade, projetos e afins se voltam para essa base.

Inicialmente apresento um mapa localizando a comunidade da Estrada Velha no município de Acarape.

Imagem 1- Visão de satélite da Estrada Velha



Fonte: Google Maps

No retângulo vermelho se localiza a Estrada Velha e no retângulo amarelo se localiza a Estrada Nova. Esse espaço faz parte do bairro São Benedito em Acarape, mas é mais comumente conhecido com os nomes citados acima. O nome 'Estrada Nova' se deu a partir da construção da nova pista visível na imagem à frente das casas, sendo chamada dessa forma pelos extensionistas como forma de facilitar a identificação do local. No canto direito da foto é possível visualizar um dos campi da UNILAB, o campus Palmares.

Imagem 2 – Frase em muro



Fonte: acervo reaPODERE, 2018

A segunda imagem traz a seguinte frase: “Todos pensa que são uma quadrilha mais na verdade somos uma família!!!”. Ela demonstra como a comunidade percebe a forma que são vistos por terceiros e utilizam de uma manifestação artística (pichação) como forma de resistência para ‘denunciar’ os estereótipos que recaem sobre eles.

A comunidade Estrada velha é um campo de atuação da extensão universitária que sofre com o processo de estigmatização da própria população da cidade de Acarape e cidades vizinhas, a qual ficou reconhecida pelo tráfico de drogas, violência e a pobreza, sendo totalmente marginalizada e negligenciada pela própria política local. Assim, segundo os relatos de uma das moradoras da comunidade, “a comunidade era vista como um lugar perigoso na maioria das vezes e que principalmente era um lugar esquecido.” (DC 17/05/2017). (MOURA JR; LIMA; SILVEIRA, 2018, p. 454-455)

A pobreza é vista aqui como foco para a estigmatização dessas pessoas e une-se a isso o racismo e a relação com o tráfico de drogas. Infelizmente na realidade que vivemos dar-se a entender que quem é morador de favela/comunidade não é trabalhador, onde a associação da criminalidade é vista como sendo única atitude esperada de um ‘favelado’. Consequentemente essa visão afeta diretamente as crianças, pois as falas negativas e depreciativas também são direcionadas a elas, isso faz com que a situação cotidiana vivida se intensifique, onde as discussões e desentendimentos se tornem comum, causando mais atrito entre as famílias, as crianças e a própria comunidade.

Famílias em situação de pobreza vivenciam períodos de maior instabilidade econômica, levando ao aumento de estresse e conflito no lar, fragilizando as relações de afeto entre pais e filhos e, portanto, reduzindo as oportunidades de estimulação e aprendizagem. Outros estudos mostram evidências de que a pobreza reduz a atenção dos pais as necessidades individuais das crianças, bem como os torna mais impacientes e punitivos, levando muitas vezes a problemas no comportamento das crianças em idade mais avançadas, tais como agressividade e delinquência e incapacidade de resolver problemas. (PAIVA, p. 28, 2009)

Nessa perspectiva percebe-se que há um abalo não apenas familiar, mas também comportamental e psicológico nas crianças, afetando diretamente seu futuro e a forma como veem o mundo e as pessoas. Só que ao mesmo tempo que há esse dano à essas crianças, também se percebe que elas sempre procuram formas mesmo inconscientemente de superar e resistir a essas violências sofridas.

Marti (2004) menciona que a criança já tem uma organização dos pensamentos. Isso permite com que ela aprenda não só com seus pais como também no espaço onde decide socializar. Assim, a experiência que a criança possui pode contribuir com que ela aprenda, seja com números de repetição e/ou observação feita por elas. De acordo com Cidade, Silva e Ximenes (2016), as maneiras de educação formais e informais são válidas no enfrentamento das condições de privações em que a criança pode vivenciar, pois as pessoas em situação de pobreza desenvolvem diversas estratégias para sobreviverem perante esse contrato adverso. Portanto, as crianças inseridas nessa dinâmica também podem aprender mais que outras crianças inseridas em condições mais adequadas. Observamos que as crianças da comunidade desenvolvem uma série de estratégias lúdicas para lidar com a realidade de privação. Elas criam as próprias brincadeiras, como também organizam diversos passos sincronizados de dança, sendo o funk a principal gênero musical cantado e dançado na Estrada Velha (DC, 12/10/17). Então, podemos e devermos confiar em suas falas e avaliações sobre a realidade, demonstrando capacidades estratégicas de elaborar técnicas de memorização e recuperação dessas memórias sobre determinados fatos. É importante trazer essas considerações, porque geralmente às atividades voltadas para crianças seguem uma lógica adultocêntrica em que são reconhecidas como seres humanos ainda não desenvolvidos em sua plenitude, não levando em conta suas opiniões, desejos e sentimentos (MONTSERRAT; CASAS; MOURA JR., 2015). (MOURA JR; LIMA; SILVEIRA; 2018, p. 458-459)

Claramente não se deve considerar que esse dano causado as crianças as tornam mais fortes, pois são obrigadas a viver a realidade que está a sua frente, tomando atitudes para continuar sobrevivendo aos obstáculos cotidianos, onde há o crescimento e amadurecimento forçado e precoce para conseguir desempenhar um papel que deveria ser dos adultos, até porque nenhuma criança deveria passar por isso, pois os traumas que ficarão podem se estabelecer por longos anos. A romanização da pobreza e do sofrimento precisam acabar.

Imagem 3



Fonte: acervo reaPODERE, 2017

Imagem 4



Fonte: acervo reaPODERE, 2018

Ao ingressar na reaPODERE temos um momento de conversa e reflexão sobre o campo que vamos atuar. Para facilitar nossa chegada, os integrantes veteranos nos contam como é a comunidade e episódios que podem desenrolar-se no campo, pois nós somos o corpo estranho lá. A primeira vez que vivenciei o campo foi estarrecedor. Sabemos que a comunidade vive situações de vulnerabilidade, porém ver a situação precária que vivem nos fazem redescobrir a desigualdade no nosso país. Redescobrir porque parece que vivemos em modo automático onde tudo passa aos nossos olhos sem percebermos e ver uma realidade tão desumana nos atravessa de forma dolorosa.

Além disso, há problemas concretos que fazem parte da realidade dessas crianças. Um dos fatos chocantes que nos deparamos em uma das idas à comunidade da Estrada Velha foi identificar crianças que não tinham o que comer em seu dia a dia, pois a falta de recursos financeiros não chegava ao seu ideal. Assim, para realizar alguma refeição teriam que se deslocar para comunidades vizinhas para solicitar alimento. Há uma forte presença também do Programa Bolsa Família como o único meio de sustento de algumas famílias da comunidade. É importante lembrar que o benefício que não ultrapassa o valor de R\$ 336. Essas situações vinculam-se uma perspectiva monetária da pobreza, mas não podemos situá-la somente em relação à renda per capita. Há uma série de fatores que constituem esse fenômeno que deve ser entendido como um estado de privação de liberdade nos diversos âmbitos da vida, como na saúde, educação, moradia, segurança, cultura, lazer, entre outros (SEN, 2000). Segundo Silva (2010) e Yazbeck (2005), a pobreza faz parte estruturante do modo de produção capitalista, constituindo uma sociedade injusta e reprodutora de desigualdade social com manutenção desse fenômeno. (MOURA JR; LIMA; SILVEIRA, p. 461-462, 2018)

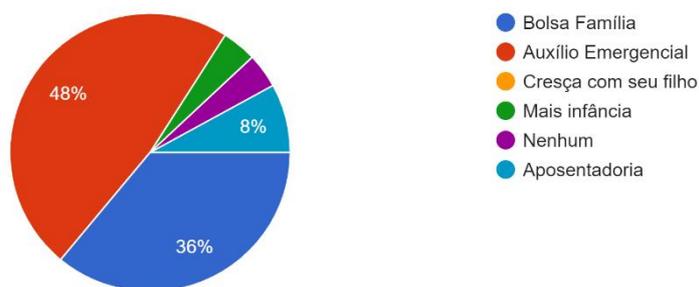
A partir disso apresento abaixo um gráfico de um mapeamento que foi realizado em setembro de 2020 pela Frente das crianças (célula da reaPODERE) para sabermos

como a comunidade se encontrava nesse período de pandemia, pois infelizmente foi necessária a interrupção das atividades para proteger tanto a comunidade quanto os integrantes da rede da Covid-19. No então momento as integrantes se encontravam com EPIs e álcool em gel, tomando os devidos cuidados.

Gráfico 1 – tipo de auxílio recebido pelos moradores da Estrada Velha

Qual auxílio você tem recebido?

25 respostas



Fonte: acervo reaPODERE, 2020)

O gráfico acima representa quais apoios financeiros os adultos da comunidade estavam recebendo durante a pandemia de Covid-19, sendo o mapeamento (questionário) realizado com 25 adultos de casas diferentes. A maior porcentagem se concentra no ‘auxílio emergencial’ e logo após o ‘bolsa família’. Ao conversar com os moradores percebemos que a dificuldade durante a pandemia havia triplicado, pois muitas pessoas estavam desempregadas, sobrevivendo apenas principalmente do auxílio emergencial além de nos relatarem que o dinheiro não estava sendo suficiente para suprir as necessidades básicas, tendo em vista o aumento absurdo dos produtos alimentícios e de higiene básica. Diante disso podemos perceber quantas violências atravessam essas pessoas e principalmente as crianças.

Ir a comunidade em dia de extensão era um grande ânimo, pois não havia nada melhor do que ir à comunidade e ver aqueles rostos sorridentes correndo para nos dar um caloroso abraço de boas-vindas e logo em seguida escutar “tia tava com saudade”, “tia vamos brincar de que hoje?”.

As crianças demonstram um constante afeto aos extensionistas que desenvolvem as atividades. Mesmo com poucos recursos e materiais, conseguimos proporcionar atividades lúdicas, estimulando a socialização e as relações cooperativas. Outra atuação da rede realizada na comunidade consiste na criação de eventos semestrais que tragam o brincar como centro. Essa ação beneficia

tanto as crianças da comunidade como também as das outras localidades próximas. (MOURA JR; LIMA; SILVEIRA, p. 456, 2018)

No dia 31 de outubro de 2019, a Reapodere realizou na Unilab, mais especificamente, no térreo do Palmares III, o “Dia das crianças”, feita para as crianças da Estrada Velha. No dia em questão houve contação de histórias com o grupo ‘Um Tesouro Chamado Nordeste’, distribuição de lanche e lembrancinhas e a apresentação dos grupos de dança da comunidade, chamados “As Afrontosas” e “Os Afrontosos” e após as apresentações individuais os dois grupos duelaram (de forma amigável, sem o real intuito de competição, apenas divertimento). As músicas escolhidas pelas crianças foram no ritmo do funk, que faz parte do cotidiano da comunidade.

Na ocasião vários alunos da Unilab assistiam à apresentação, e desde já os integrantes da Rede observavam o olhar de desgosto por parte de alguns. Após a data festiva, muitos alunos da Unilab de forma oculta criticaram a Reapodere, pois declararam que os integrantes estavam sexualizando as crianças, além de ser dito que a festinha não tinha sido adequada para as mesmas. Em outras vindas das crianças à Unilab, as mesmas já se apresentaram, onde sempre haviam as mesmas críticas. Vale ressaltar que as próprias crianças que pedem para se apresentar, onde sozinhas se organizam e ensaiam. Elas gostam do que fazem, pois para elas não passa de divertimento e tratam com seriedade e comprometimento a dança.

A Reapodere atua na comunidade há mais de quatro anos, onde realiza atividades semanais, tentando construir espaços de voz ativa para a comunidade, tentando evitar os silenciamentos causados pelos estigmas que ela carrega, além de também tentar proporcionar a potencialização dos seus lugares e trajetórias. Compreendo que o funk é um estilo musical marginalizado, sexualizado e associado ao tráfico e criminalidade, porém o funk faz parte da comunidade e da cultura brasileira.

Assim, com uma forte autorreflexão da equipe de extensionistas, sentíamos o dilema sobre questionar aquela forma de disposição no mundo baseada em movimentos sexualizados e letras machistas, pois a perspectiva decolonial também uma guia para as ações da extensão. A colonialidade do poder refere-se ao sistema de hierarquização e classificação racial e sexista empreendido como uma hermenêutica monotópica a instituir o paradigma do homem-branco-heterossexual-eurocentrado como centro (BALLESTRIN, 2013). No entanto, também entendemos que o funk também é uma forma de resistência e de construção periférica de cultura. (MOURA JR; LIMA; SILVEIRA, p. 459-460, 2018)

Imagem 5 – Dia das crianças



Fonte: acervo reaPODERE, 2019

Imagem 6 – Dias das crianças



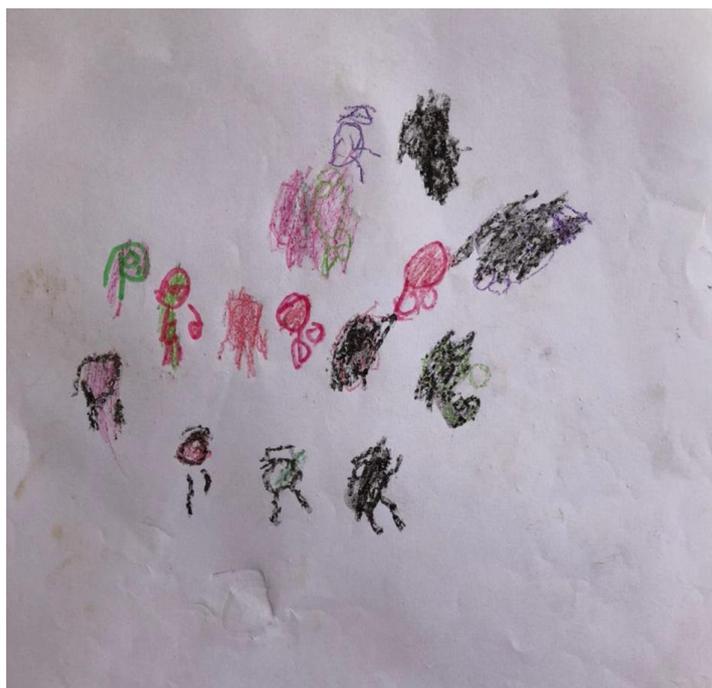
Fonte: acervo reaPODERE, 2019

Nós enquanto adultos na maioria das vezes desconsideramos os sentimentos e falas das crianças, não damos a elas a possibilidade de expressar suas sensações e emoções. Trabalhar com crianças nos faz perceber que as mesmas compreendem tudo que se passa no seu meio, além de também compreenderem temas que nos cercam, e este foi o caso de uma atividade que realizamos em 2019 na comunidade, no dia da Consciência Negra com um curta chamado “Dúdú e o Lápis cor da pele”⁹.

Sobre o primeiro momento, a oficina contou com a exibição do curta Dúdú e o Lápis Cor da Pele. O propósito era trazer a discussão sobre o racismo e sua necessidade de debate constante, principalmente no Dia da Consciência Negra. A princípio, perguntamos a elas se sabiam da história que cercava o dia. Não demorou muito para as mesmas iniciarem a discussão, através da visão delas sobre a importância da data e vincular com o que viam na comunidade, na escola e na TV. Depois da exibição do curta, queríamos saber o que elas tinham entendido. Há muito uma ideia de que a criança não consegue problematizar questões sociais e raciais. No entanto, identificamos o contrário dessa compreensão estigmatizante da infância. As crianças de 10 a 14 anos presentes discutiram e trouxeram vivências suas e de amigos para enriquecer o diálogo. As menores, de 04 a 08 anos, fizeram desenhos sobre o que tinham entendido, uma delas desenhou várias pessoas com cores diferentes. (COSTA; TEMOTEO; MOURA JR; PEREIRA; NUNES; p. 214, 2020.)

9 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-VGpB_8b77U

Imagem 7 – Desenho descrito na citação acima

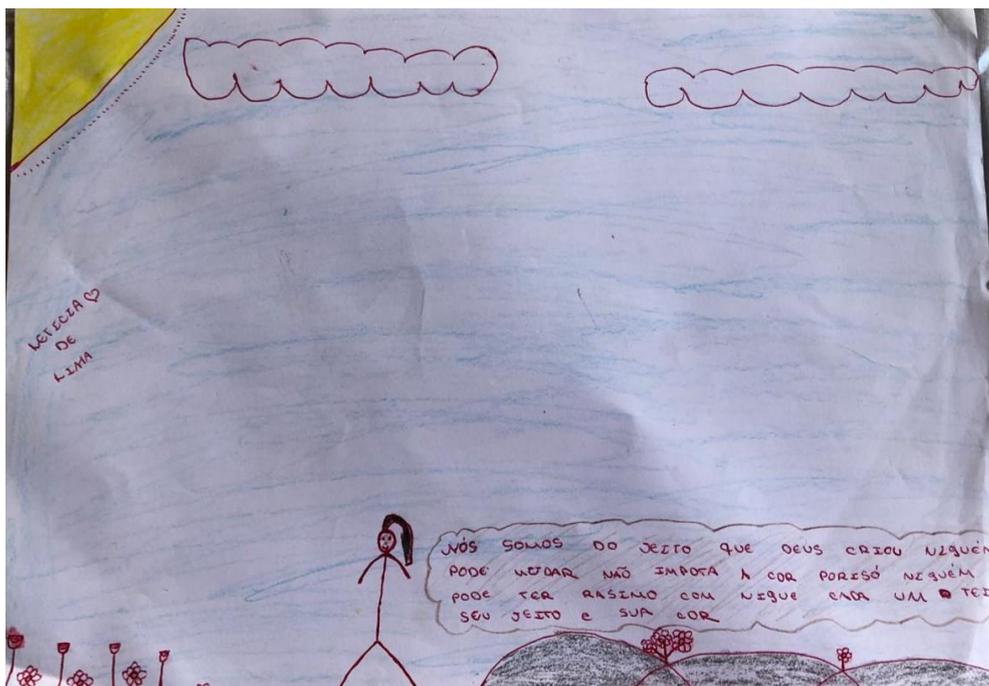


Fonte: acervo reaPODERE, 2019

Em todas as atividades realizadas pela Rede, nota-se como as crianças também conseguem realizar problematizações a respeito de diversos temas, principalmente aos que elas vivenciam diariamente. O evento do Natal da Estrada Velha que já foi exemplificado acima, demonstra como elas são passíveis de compreensão e demonstração, conseguindo traduzir sua fala e sentimentos para o meio artístico.

O que podemos perceber desta encenação é que essas crianças enxergam e sentem o preconceito dado a elas pela cor da pele, pelo gênero musical e pelo território onde moram. De acordo com Bissoli (2014), as vivências das crianças possibilitam a elas se relacionar e expressar sobre seu entorno. Elas expõem através de palavras, silêncios, brincadeiras e danças o processo de invisibilidade de seus corpos e as maneiras de se fazer resistência nessa desigualdade social capitalista. Juntamente com as atividades socioeducativas desenvolvidas, elas vão identificando e trabalhando as formas de potencialidade e subalternização de ser criança em territórios periféricos, neste caso, em uma comunidade interiorana do Maciço de Baturité. (COSTA; TEMOTEO; MOURA JR; PEREIRA; NUNES; 2020, p. 216)

Imagem 8



Fonte: acervo reaPODERE, 2019

A imagem acima traz a seguinte frase: “Nós somos do jeito que Deus criou ninguém pode mudar não importa a cor poriso ninguém pode ter rasimo com nigue cada um tei seu jeito e sua cor”. Em todas nossas atividades na comunidade, tentamos ao máximo despertar nas crianças seu lado crítico e criativo, onde sem muito esforço, conseguimos. Pode-se perceber através das fotografias, desenhos e relatos destacados aqui, como elas tem grande desenvoltura em expressar seus pensamentos, nas diversas áreas artísticas e de conhecimento.

Lembro bem quando iniciei na comunidade, diga-se de passagem, que os outros integrantes tem cabelos lisos, então quase sempre eu as crianças falávamos sobre meu cabelo. Era sempre interessante pois elas gostavam muito do meu cabelo, mas não do delas, as meninas principalmente, então sempre que possível eu tentava estimula-las a ver seu cabelo de outra forma, de tentar amá-lo, apesar de nossa sociedade esperar que tenhamos repulsa sobre ele. Era uma experiência interessante, elas pegavam no meu cabelo, eu lhes mostrava fotos com o cabelo trançado, elas me perguntavam como eu cuidava, e ficávamos nessa relação de troca.

Em 2019 realizamos uma oficina de tranças e tivemos o apoio de outras estudantes da Unilab, três meninas guineenses e uma brasileira, para compartilharmos esse momento. Foram trançadas tantos as crianças quanto as mães que se interessaram pela

atividade e quiseram participar, apesar dos meninos não quererem participar porque classificavam como atividades de meninas, ficaram observando com atenção o trabalho que estava sendo feito. Também levamos panos para colocar tiaras e turbantes, como forma de através da ludicidade da atividade mostrar como nosso cabelo é lindo de todas as formas.

Imagem 9 – oficina de tranças



Fonte: acervo reaPODERE, 2019

Imagem 10 – oficina de tranças

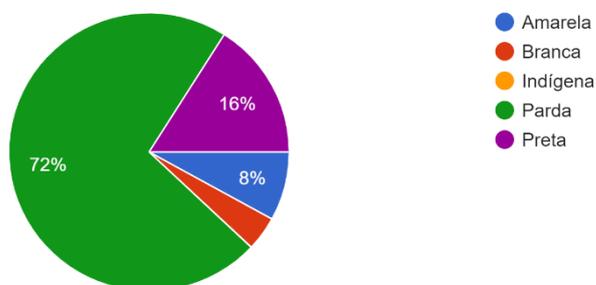


Fonte: acervo reaPODERE, 2019

A seguir trago mais um gráfico ainda relacionado ao mapeamento realizado em 2020 pela Frente das Crianças (célula da reaPODERE), onde destaca sobre raça/cor.

Gráfico 2 – autodeclaração dos moradores da Estrada Velha

Raça
25 respostas



Fonte: acervo reaPODERE, 2020

Antes de trazer a questão da cor, destaco que das 25 pessoas entrevistadas, apenas 1 era homem, sendo as outras 24 pessoas, mulheres. A realização do mapeamento foi aplicada em um dia da semana, onde a maior parte dos homens da comunidade se encontram trabalhando em outras cidades e só voltam aos finais de semana, ou seja, as mulheres se tornam as chefes de suas famílias, enquanto seus maridos saem para buscar o sustento da casa. Apesar da pandemia e do desemprego, ainda sim se buscava os trabalhos informais para auxiliar na renda.

O gráfico 2 apresenta que 72% dessas pessoas se coloca como parda e apenas 16% como preta. É importante destacar aqui que cada um detém o poder de se autoafirmar, porém é perceptível aos olhos dos integrantes e até nas imagens trazidas nesta monografia, que a comunidade em sua quase totalidade é negra. Obviamente que de acordo com o IBGE o pardo entra no termo “negro”, mas porque o pardo é sempre mais utilizado, mesmo sendo essas pessoas retintas?

As discussões acerca da mestiçagem no Brasil trazem à tona todo um processo de eugenia que ocorre até os dias atuais. É possível pensar a expressão “parda” como uma forma de eugenismo, que se dá através do branqueamento de certa população através de termos classificatórios. Lilia M. Schwarcz (2010) salienta que “(...) o termo “parda” aparece como verdadeiro saco de gatos, uma espécie de sobra do censo. O nome se aproxima de um curinga, já que tudo que não cabe em outros lugares ali se encaixa.” (Schwarcz, 2010, p. 67). É compreensível então que a pessoa “parda” se torna um ser indefinido, não é branca, mas também não é negra, não é amarela e não é indígena, logo os pardos são as “sobras” do processo de miscigenação do país.

Mas é importante ressaltar que o termo “parda”, como também o termo “moreno” é muitas vezes uma escolha de identificação dos próprios indivíduos. Ribeiro (2010) apresenta uma pesquisa feita em uma escola pública do Bairro do Guamá (Belém-PA), a respeito de “processos identitários com base na cor” e os relatos dos alunos acerca do tema são sempre voltados ao tom de pele no sentido de beleza, onde a ‘morena’ de pele clara teria uma beleza mais desejada que a negra retinta e que o ‘moreno’ não deveria sofrer discriminação pois tem a pele clara, ou seja, o “ser moreno é, sobretudo, não usar o preto, não usar o negro.” (Ribeiro, 2010, p. 67). Explicitamente “esse uso do moreno (a) é interpretado como um esforço de afastamento do polo negro (...)” (Ribeiro, 2010, p. 72)

4.3 Extensão universitária, crianças e a relação com a polícia militar

Como já citado aqui, a reaPODERE atua na Estrada Velha a mais de quatro anos, onde diversos integrantes já entraram e saíram da Rede com suas graduações, mestrados, doutorados e afins. Apesar do prazer e enorme felicidade em atuar com as crianças e a comunidade, temos que assumir que nem sempre tudo são flores. A extensão universitária nos traz grandes desafios, principalmente quando somos novatos. Atuar em um campo onde a realidade é diferente da sua causa estranheza, muitos não conseguem lidar com aquela realidade, já tivemos integrantes que se direcionaram para outras frentes da Rede devido não se sentirem bem atuando na comunidade. Não porque a comunidade não os recebeu bem, ou houve algum conflito, mas porque muitas vezes talvez ali fosse uma forma de gatilho para algo que já viveu e tenta bloquear, ou até mesmo por simplesmente não se sentir bem naquele espaço.

Enquanto extensionista já ouvi relatos de outros integrantes que mudaram com o campo. Suas atitudes, falas... se reinventaram, porque o campo é isso, transformador, divisor de águas, mas também árduo. Realizar uma atuação vai muito além de apenas fazer parte de um projeto com intuito acadêmico. Quase sempre o viés de acadêmico some e fica apenas o eu enquanto ser humano, com sentimentos e pertencas. Também ouvimos relatos de integrantes que na atuação lembram da sua infância, muito parecida com a que presenciam na comunidade. Pode-se imaginar a partir daqui quantas vivencias e histórias de vida partilhamos.

Pensando nisso considerei pertinente trazer a fala do coordenador da reaPODERE, o Prof. Dr. James Ferreira Moura Júnior, onde apresenta um pouco da sua visão sobre a extensão universitária e a reaPODERE. Infelizmente devido a pandemia e o isolamento social, a entrevista se deu através das ferramentas que hoje são fundamentais, online e através do WhatsApp, feitas no mês de julho. Compreendi que a fala de quem coordena um grupo de extensão com mais de 30 integrantes se faz essencial, pois apesar de sermos indivíduos nas suas mais diversas diferenças, promove uma visão geral da extensão universitária como um todo e a nossa própria extensão.

“Assim como é que eu vejo o impacto da extensão em si, eu acho que a extensão ela vem pra operacionalizar, né? Assim, concretizar a missão da universidade pra transformar colaborativamente, emancipatoriamente a sociedade, né? Quando eu penso em extensão universitária, a extensão em si, né? Ela tem um compromisso de realmente exercer o papel de transformação social que a universidade tem como sua missão, né? Mas, de uma forma transformadora, crítica, digamos, também, decolonial, porque a universidade também, ela passou a ter um compromisso muito decolonial, né, de uma manutenção de desigualdade, classificações,

né? Então, nesse espaço eu acho que a gente precisa também questionar esse papel da universidade, né? E aí, quando eu penso questionar o papel da universidade, é fazer uma universidade que seja, realmente popular, junto com as pessoas que construam processos de transformação nos contextos de vida e que esses contextos de vida eles sejam transformados a partir das necessidades das pessoas, né? Então, a extensão precisa ser de uma forma colaborativa, crítica, né? Junto com as pessoas nas comunidades e isso também afetando própria forma de construir essa universidade. A extensão tem muita potência. Nesse sentido, porque a gente vive uma sociedade muito desigual, né? Então, pensar nesse sentido de como diminuir essa desigualdade sociais, raciais, de gênero, sexualidade de território, né, é imprescindível. Então, eu fico pensando nesse formato do papel da própria extensão, né? Pra universidade em si, né, como uma prática, né, que seja crítica, coletiva, voltada para as necessidades das comunidades e populações, né?”

O mesmo também apresenta sua visão da reaPODERE enquanto extensão e os desafios dessa atuação.

“Quando você fala da reaPODERE enquanto extensão, eu acho que a Unilab, ela tem uma característica específica, que seria central pra gente alcançar e concretizar a missão da universidade, né? Um dos pontos da missão da universidade é o combate essas desigualdades territoriais, sociais, né? Enfim, dos vários tipos, né? E como a gente tá num contexto de uma universidade interiorizada, tanto no maciço de Baturité, como no recôncavo baiano, que é uma outra característica super importante na universidade, a extensão universitária seria essa ponte de ação da universidade nos seus territórios, né? Então, nesse sentido a extensão, ela conseguiria concretizar uma missão da universidade sustentável, respeitoso, crítico, coletivo, emancipatório nesses territórios interiorizados que foram contemplados com uma política, né? De interiorização, expansão das universidades públicas, né? E aí lembrando especificamente num governo que investia, né? Ela tinha um investimento na educação como parte principal, né? No governo Lula e Dilma e que isso se tornou prática e concretizou a universidade. Então, a extensão universitária poderia ser esse espaço de um fortalecimento dessa relação da universidade com os territórios.

(pausa)

Assim, eu acho que a proposta da Reapodere é a gente ter um espaço de formação, tanto para os/as estudantes, né? Como também o espaço de que a universidade possa desenvolver ações críticas, né? De formação como de atuação junto aos territórios que a UNILAB se faz presente. E aí eu acho que a proposta da gente pensar a extensão no âmbito da Reapodere, né? É pensar no espaço de formação crítica, em que os e as estudantes se sintam implicados, que fortaleçam o seu compromisso social, né? No sentido da transformação da realidade, que percebam o papel da universidade nesse espaço também de transformação, mas que realize uma atuação cuidadosa, respeitosa, territorializada, corporificada, né? Que entendam essas macrodesigualdades vinculadas ao racismo estrutural, ao classismo, né? As questões de gênero, território, que compreendam isso e percebam que a gente precisa desenvolver atuações junto com as pessoas pra questionar e construir novas formas de vida, né? Porque eu acho que uma coisa também que a gente pode salientar é pensar essa atuação da extensão focada, tanto no combate essas desigualdades, como também no fortalecimento das potencialidades e das estratégias de resistência que são históricas, né? Porque a população que está nesse processo de marginalização aí históricos são principalmente a população negra, indígena, mais pobre. Elas conseguem recriar formas de vida, consegue estratégias de combate a essas desigualdades que são cotidianas, né?

(pausa)

Pensando em desafio, né? Eu acho que há um processo que as pessoas terem tantas possibilidades de fazer coisas, que a extensão ela pode na avaliação dos dados estudantes, ser considerada menos importante, né? Então, é isso, precisa de tempo, precisa de investimento de energia, precisa ter essa vontade de sair da universidade se colocar no meio do mundo, né? No meio do povo, no meio das comunidades e que isso requer coragem, isso requer compromisso, isso requer também

implicação, né? Então, pra mim esse é um grande desafio interno, né? E aí outro desafio, que é a forma como as pessoas externas da universidade, né, nas comunidades, reconhecem a universidade e os/as extensionistas, né? Porque pra se fazer uma extensão voltada para as necessidades das pessoas precisam tempo, precisa ter tempo de estar nos espaços comunitários, né? E muitas vezes as pessoas que estão externas na universidade, querem também como se fossem fórmulas prontas, doações prontas e demandam também da universidade como se fossem respostas imediatas, né? Então, é como se fosse um desafio de alinhar essas expectativas, tanto das comunidades, como da universidade, que tá praticando a extensão de uma que haja um potente encontro entre essas pessoas.

Com a fala do professor Dr. James, é interessante pensar nas dificuldades da extensão, como por exemplo quando ele toca na seguinte situação: “Porque para se fazer uma extensão voltada para as necessidades das pessoas precisam tempo, precisa ter tempo de estar nos espaços comunitários, né? E muitas vezes as pessoas que estão externas na universidade, querem também como se fossem fórmulas prontas, doações prontas e demandam também da universidade como se fossem respostas imediatas, né?”. Essa fala apresenta um pouco das demandas que temos. Sabemos que enquanto universitários sem recursos não podemos ajudar da forma que gostaríamos, além de que precisamos compreender que nossa atuação ali vai para além de apenas um apoio social, porém a realidade da comunidade está constantemente batendo na porta.

Em épocas específicas do ano realizamos junto com a comunidade, festividades, que é o caso do São João e do Natal, organizamos doações de roupas e alimentos, também é preparado comidas típicas de cada data, para realizamos eventos que nos aproximem mais ainda a comunidade. É incrível ver nos seus rostos a felicidade de ter novas roupas e alimento, porém isso é preocupante. A demanda que a comunidade nos dá, a cobrança é grande. Sabemos que não podemos ajudar sempre, nem todo mundo, mas ainda sim existe aquela expectativa. A pandemia por exemplo foi um baque para as famílias que sabiam que não teriam aquela cesta básica de todos os anos; ainda conseguimos realizar movimentações e distribuir cestas básicas em janeiro de 2021.

Mas aqui se mostra uma das grandes dificuldades da extensão quando se atua em comunidades de baixa renda: essa expectativa e cobrança que recebemos diariamente. Não é fácil dizer não, mas nossas condições enquanto universitários não nos permitem ajudar de forma tão contínua. Além de que não queremos que a comunidade nos veja como salvadores, e aqui fica sempre o grande questionamento já trazido em discussões na Rede: como queremos que a comunidade nos veja? Uma pergunta ainda em resposta.

A extensão como já dito pode ser árdua, o campo não é algo estagnado, está sempre se movimentando, circulando, mudando. Podem acontecer situações inesperadas

da qual não saberemos como agir, mas teremos que rapidamente pensar em algo para que tudo não saia do extremo controle, principalmente quando nossa atuação é voltada a crianças. E uma das situações inesperadas que podem acontecer e causar grande alvoroço, é quando a polícia vai até a comunidade.

As crianças desde sempre, até as menores, demonstram grande medo da polícia que entra ostensivamente na comunidade. Sabemos que o tráfico de drogas é presente, mas como uma criança de 5 anos interpreta uma pessoa bater e levar ‘embora’ seu irmão, pai, outro familiar, amigo ou conhecido? Evidentemente essa criança passará a ver esses policiais como pessoas ruins.

A partir disso, trago duas falas de integrantes da Rede que já vivenciaram essa ostensividade em ação na comunidade e como isso afetou radicalmente não só as crianças, mas também os adultos e até os próprios integrantes. Os nomes dos integrantes não serão revelados de forma a preservar suas identidades.

Integrante 1:

“Cara, assim, sobre a relação da polícia com a comunidade, as crianças, enfim né, como é que a gente percebe essa relação lá na comunidade, né, acho que desde quando a gente pôs os pés lá na Estrada Velha, né, uma coisa assim que ficou muito marcada, desde sempre mesmo, foi, é, essa relação conflitante né, entre esse braço do Estado né, que é a polícia, braço municipal com as pessoas da comunidade em si né, porque isso era visível, tanto das pessoas que (...) os pais, as mães, irmãos, enfim né, maiores e que se refletia nas crianças, a polícia lá para as crianças sempre foi sinônimo de risco, sempre foi um risco a sua vida mesmo, né, não é uma questão de a vida dos seus irmãos, seus familiares, seus amigos, enfim né, uma questão de risco né, isso ficou visível assim por diversos momentos, sempre que surgia o tema polícia, né, sempre um temor, né, era sempre uma relação assim de violência, sempre que se debatia, era ou uma vez em que a polícia foi lá e agrediu alguém dentro da comunidade, ou prendeu alguém dentro da comunidade e esse alguém era sempre um amigo, um irmão, pai, enfim né, então sempre era nessa situação e as crianças como estavam dentro daquele espaço ali elas não deixavam de não sentir pelo fato de serem crianças, elas sentiam tudo e isso ficava bastante visível na forma do medo, nas palavras delas, então acho que um dos pontos que assim sempre ficou muito visível e era muito delicado a forma que a gente tinha que abordar tudo isso porque a gente sempre tinha que tomar bastante cuidado com o que que a gente tava falando né assim, porque enfim, a nossa relação, a nossa perspectiva, é, como acadêmicos era sempre muito diferente da relação que por exemplo eles tinham com esse braço do Estado né, então a gente sempre tinha que tomar bastante cuidado sobretudo no início, quando a gente tava nesse processo de ganhar a confiança das pessoas que a gente tava levando as crianças, seus filhos, então ninguém queria por exemplo que tivesse seu filho andando com uma pessoa que, sei lá, representasse de alguma forma um risco, né, porque era muito delicado essa relação por exemplo, é uma comunidade pequena, que é uma rua pequena, né, que tem poucas pessoas, todo mundo ali se conhece, todo mundo ali está em volta do mesmo espaço, mas que por exemplo, tem uma relação muito forte, de, do tráfico, né, o tráfico é presente, né, o crime organizado ele é presente na comunidade, então essa relação era muito presente então a gente tinha que saber lidar de uma forma muito bem delicada com essas questões porque, por exemplo né, todo mundo, as crianças ali elas estavam sendo afetadas pela visão do crime organizado, então, a forma como a gente tinha que se voltar e debater sobre isso não é a mesma forma por exemplo que a gente iria abordar dentro da academia, né, a gente por exemplo, uma

das formas que (...) por exemplo a forma como eu, é, entrei mesmo né, assim da forma como eu de certa forma fui agregando ali uma certa parcela de confiança principalmente das crianças que já eram maiores, né, de 12, 10, 12, 13, 14 anos, até 15. [sobre o tráfico] todos estavam cientes, ninguém era ingênuo, e os moradores também estavam cientes que a gente sabia, né, só que eles também estavam cientes, tinham a confiança (...) por exemplo, os pais das crianças tinham muita gente que estava em volta desse mundo, né (...) [apesar de sabermos sobre isso] a gente sempre buscou uma certa distância (...) não estou apartado da realidade deles, minha realidade é muito próxima a deles então eu entendo que por exemplo as pessoas que estão sendo mortas pela polícia né, são os meus também né (...) o discurso do distanciamento ocorreu por conta da academia e esse de aproximação aconteceu principalmente por causa da comunidade. Assim né de relato (...) lembro de alguns, acho que o que ficou mais marcante mesmo foi o dia que o carro lá, com os policiais à paisana que foram buscar um certo individuo lá na comunidade e foi um terror geral, assim a gente tava com um grupo de mais ou menos umas 12 crianças ou mais, de várias idades, desde crianças de, bebês quase, de 2, 3 anos até 15 né, 14, 15 anos e acho que um dos movimentos principais mesmo assim, quando uma das crianças identificou que tinha policiais a paisana lá na comunidade, foi as [crianças] maiores, cada uma correu pra um canto, para avisar os seus e fugir também, né, e se esconder e os menores começaram a entrar em pânico né, que foi até um movimento que até não lembro quem estava da rede, mas nós todo estávamos com duas, três crianças no colo, tentando minimamente acalmar assim né, porque tava um pânico realmente geral das crianças e acho que esse foi um, durou certa de, sei lá, de uns 10 minutos esse movimento e depois a gente ficou sem clima, ficou só conversando mesmo. Outros episódios assim né, não foi diretamente assim de ver policiais dentro da comunidade, mas foi de relatos das crianças, que teve um que foi uma criança que relatou que tinha sempre policiais que ficavam nas últimas semanas que a gente tinha ido lá, tava tendo um grupo de policiais que estavam passando de moto e atormentando as crianças e os moradores, né assim, fazendo o baculejo e esse tipo de ação e como isso era (...) isso causava um certo temor neles, né, (...).” (25/05/2021)

- Relato retirado do diário de campo - 11/12/2018

“Saímos do Palmares nove horas da manhã, em direção a comunidade. Inicialmente encontramos a Joana¹⁰, e ao longo do percurso demais crianças, na qual chamamos para participar da atividade. Como de costume, nos dirigimos para a casa da Francisca. Perto da casa encontramos algumas mulheres e mencionamos o evento do Natal, a data e que posteriormente teria mais divulgação. Entramos na casa e devido à pouca quantidade de crianças, foi decidido que seria melhor irem nas outras ruas, fazer a divulgação que naquele horário estaríamos realizando as atividades com as crianças. Com isso, nossa atividade começou com um total de mais ou menos oito crianças. Começamos falando de nossa volta semanal a comunidade, e dois dias diferentes, terça pela manhã e quarta a tarde. Depois disso, foi proposto que fizéssemos regras de comportamentos, para evitar certas coisas que acabam por acontecer durante as atividades. A Elena foi a pessoa que escreveu as regras, enquanto duas ou três outras pessoas pensavam o que era necessário escrever. Teve crianças que só ficou ao redor da cartolina, colocada no chão. Acabou não participando desse momento. Com isso, depois de escritas as onze regras de comportamento, foi pedido que eles colorissem a cartolina, ao redor das regras, para deixar mais enfeitado. Essa etapa quase todos participaram. Durou uns vinte minutos ou mais. Após essa atividade, Elena quis fazer um sorteio de um anel e uma agenda, com os integrantes da rede. O pico da atividade aconteceu quando Carla observou que tinha um carro no início da comunidade onde a mesma já de imediato falou que eram policiais disfarçados, estava sentado e rapidamente me levantei para ir olhar, o carro estava no início da comunidade estava parado e tinham algumas pessoas fora observei que tinha alguém com um colete, não deu pra ficar observando muito por que rapidamente começou um princípio de desespero por parte das crianças onde algumas maiores saíram para avisar familiares e amigos que polícia estava na região o que para elas era

10 Nomes fictícios para preservar a identidade das crianças e outros moradores.

um perigo, as outras menores ficaram apavoradas, algumas começaram a chorar, peguei uma no colo a que estava mais assustada, Bia, tentamos acalmar ela falando que não iria acontecer nada de mau com elas que podiam ficar calmas. As meninas também seguraram algumas outras crianças fazendo essa mesma iniciativa de acalmar as mesmas, até que o carro saísse, pouco tempo depois o carro foi embora não vi bem o que aconteceu nem soube direito, mas ficou um clima bem pesado na comunidade. Um aspecto que observei foi o semblante de medo e pavor que a polícia representa naquela comunidade, que a mesma não vai lá para proteger ninguém, ela representa perigo, perigo esses que fica estampado nas expressões daquelas crianças de 2, 3, 4 até 13 anos de idade. Concluímos a atividade que tínhamos nos planejado em fazer, mas ficou aquele clima pesadíssimo, mesmo depois de retornar para a Unilab permaneci com aquele sentimento e o rosto de pavor das crianças na mente, suas expressões de medo, a criança chorando que se tremia nos meus braços, foi certamente a atividade na comunidade que mais me impactou.”

O relato 1 foi feito diretamente com um integrante que está na Rede desde 2017, da qual foi realizado a pequena entrevista via WhatsApp. O relato 2 foi retirado do diário de campo da Rede, da qual foi realizada por outros integrantes da rede. Percebe-se a similaridade nos discursos e com elas pode-se perceber realmente o medo das crianças e o poder que a polícia tem sobre a comunidade. Os dois relatos trazem que naquele momento a polícia estava à paisana tanto na vestimenta quanto no carro e ainda sim o senso apurado de medo e aflição as fizeram perceber que eram policiais. Os integrantes presentes no momento se viram sem ação, mas ainda sim tiveram que ter alguma atitude rápida diante o desespero dos pequenos.

Nas duas falas pode-se perceber como os integrantes ficaram abalados e como isso realmente mexe com o nosso psicológico, nos fazendo questionar novas formas de atuação e novas formas de lidar com situações surpresas e de extremo estresse. O contexto da fala nos remete a pensar sobre a instituição polícia militar, conforme veremos a seguir.

4.4 Polícia militar: surgimento, trajetória e consequências

A polícia militar surge no Brasil Império, quando a família Real Portuguesa chega ao país. Inicialmente conhecida como Guarda Real chega com o propósito de assegurar a família real que se estabelece no Rio de Janeiro, onde se inicia o surgimento da PM.

(...) período em que a Coroa portuguesa esteve no Brasil se situa num lugar bastante específico, entre o século XVIII e o Brasil independente. É o momento em que a datação tradicional consagra a criação tanto da Intendência Geral de Polícia (1808) como da Guarda Real de Polícia (1809), ponto de fundação da Polícia brasileira. São os primeiros organismos públicos a carregarem em seu nome a concepção de polícia, nos obrigando a refletir sobre os conteúdos históricos e os nexos dessas definições. O ato de criação da Intendência, que faz referência direta a seu modelo lisboeta, propõe-se como uma transposição, assim como o de Lisboa faz referência a Paris. Seria a genealogia do que foi buscado na historiografia internacional como um “modelo francês” de polícia. Nesse momento, a ideia de polícia comporta uma visão muito mais ampla de gestão da ordem, envolvendo

tarefas que mais tarde vão ser atribuídas a outros órgãos do Estado. A Intendência de Polícia se associará fortemente ao nome do primeiro intendente, Paulo Fernandes Vianna, que vai dirigi-la até 1820, caracterizando-se como um quase prefeito da cidade do Rio de Janeiro, e, nesse sentido, sua atuação vai ser objeto de estudo. (BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p. 167)

(...) vemos que as polícias militares surgem a partir de 1809, temos como marco dessa criação a Guarda real de polícia, que vai dar origem as atuais polícias militares estaduais. Essas organizações eram subordinadas ao Ministério da Guerra e da Justiça Portuguesa, e sua estruturação seguia o modelo de um exército, uma característica que pode ser percebida até hoje (...). (RIBEIRO, 2011, p. 03)

Com as citações acima percebe-se que o nosso modelo de polícia provém de muitos modelos, inicialmente o modelo português e mais à frente o modelo francês. É perceptível com os anos que há o aperfeiçoamento das polícias, não apenas em seu modelo e estrutura, mas também nos próprios profissionais. Devido a alta demanda da sociedade em relação a novas estratégias de manutenção da segurança pública, diversos cursos surgiram como forma de aprofundar os conhecimentos desses policiais.

Em 2012 na Universidade Federal Fluminense (UFF) no Rio de Janeiro, surge o curso de Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública, que une professores principalmente da Antropologia e do Direito, além de também haver o curso de Bacharelado em Segurança Pública. Tanto o curso como o bacharelado se fazem importantes, pois:

Por outro lado, nem o curso de Direito, nem as academias de polícia são voltadas para o ensino de disciplinas que se relacionem com o exercício do controle social. Assim, esse exercício é aprendido pelos agentes da segurança pública de maneira informal, não escolarizada e isso faz com que eles naturalizem a sua prática, dissociando-a das “teorias” que possivelmente aprendam através do ensino escolarizado. Como consequência, não há quadros profissionais, na segurança pública –salvo raras e honrosas exceções– que sejam capazes de pensá-la a partir da sociedade, procurando regular as ações do estado e o exercício do controle social por seus agentes (Silva, 2011). Por isso, o curso de bacharelado em segurança pública visa à formação de quadros na perspectiva da segurança pública do ponto de vista da sociedade, que possam pesquisar, formular, propor, administrar e executar ações de segurança pública a partir das teorias democráticas e nos moldes de um estado democrático de direito. Por isso, o curso é muito diferente dos “cursos de polícia”, por um lado, porque não se trata, como naqueles, de um curso instrucional, mas de um curso que procura estimular a reflexão e a crítica; por outro, porque, como já disse, não importa muito para a polícia o que se ensina nos cursos de polícia, pois a atividade policial, propriamente dita, é legitimamente aprendida informalmente, na “rua”, não na escola (Silva, 2011). Distancia-se, assim, de formas pedagógicas reprodutoras de uma lógica da repressão, tanto presente no padrão militar, que predomina nas academias de polícia militar, como no padrão dogmático-jurídico-repressivo, presente em áreas do direito penal e processual penal, que domina o pensamento jurídico na execução das ações de segurança pública e justiça criminal, nenhuma das duas adequadas para pensar uma segurança pública voltada para a compreensão da natureza dos conflitos, sejam sociais,

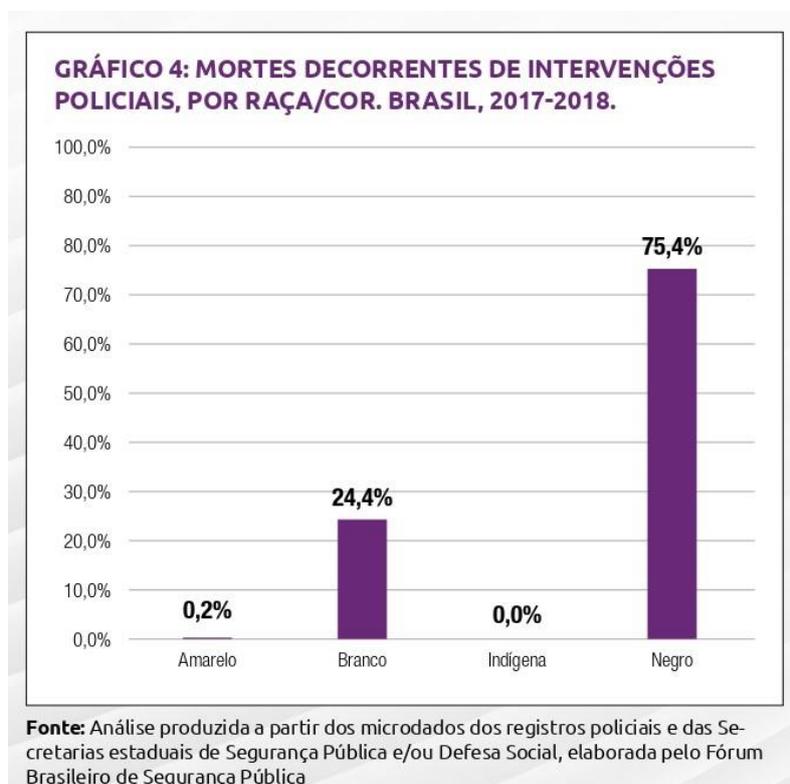
sejam individuais, que possa propor formas específicas para sua eficaz administração institucional. (LIMA, 2013, p. 51-52)

Percebe-se que há a necessidade de um aprendizado teórico e embasado sobre não somente formas de atuar no campo, mas também de se perceber e perceber o outro enquanto humanos em suas fragilidades. A polícia se configura como um órgão que deveria garantir a ordem e a segurança da população, mas diante dos casos e situações citadas aqui, além das diversas notícias todos os dias, porque isso não está ocorrendo?

A polícia militar se destaca pela sua ostensividade em qualquer instancia, patrulhamento, ronda, abordagens, além de se destacar nas falas de moradores, em artigos científicos e índices que essa ostensividade é voltada para pessoas de baixa renda e negros e em sua maioria homens. Essa forma de atuação dos PMs gera grande indignação na população, pois os mesmos deveriam gerar segurança, mas infelizmente mais causam insegurança.

Os gráficos que serão apresentados a seguir foram retirados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 e 2020. Eles configuram dados importantes que reafirmam o que estamos trazendo nesse trabalho: a insegurança de quem deveria nos proteger.

Gráfico 3



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019)

O gráfico acima representa que no período de 2017-2018, 75,4% das mortes por intervenções policiais foram de pessoas negras, comparado a 24,4% de pessoas brancas. Um índice que consta uma extrema diferença e que só reafirma que a vida e a morte, que o ladrão e o mocinho têm cores.

Jovem, negro e pobre. Esse é o perfil de quem geralmente morre nas mãos da polícia. O racismo é um componente fundamental para explicar parte da violência. O racismo institucional se revela por meio de mecanismos de instituições públicas, explícitos ou não, que dificultam o fim da desigualdade entre negros e brancos. (SANTOS, 2013, p. 44-45)

É importante também refletir que essas ocorrências devido a cor não é de hoje, Santos (2013) apresenta pesquisas antigas feitas em São Paulo e no Rio de Janeiro a respeito do medo a polícia principalmente no que se refere a raça do indivíduo:

Com efeito, quando os entrevistados foram perguntados em 1995 pelo Datafolha se sentiam mais confiança do que medo, ou mais medo do que confiança na polícia, os negros apresentaram a maior taxa de “mais medo do que confiança”, tanto no que se referia à Polícia Militar quanto à Polícia Civil. A mesma tendência se manteve quando a questão foi repetida em abril de 1997. Entre os negros, aliás, muitos revelaram ter mais medo da polícia que dos próprios bandidos. A proporção dos que disseram ter mais medo da polícia do que dos bandidos aumentava entre aqueles que já haviam sido parados alguma vez para serem revistados. Os dados e, sobretudo, as consequências eram ainda mais dramáticos quando se avaliava o fenômeno dos mortos pela polícia. (SANTOS, 2013, p. 43)

Gráfico 4



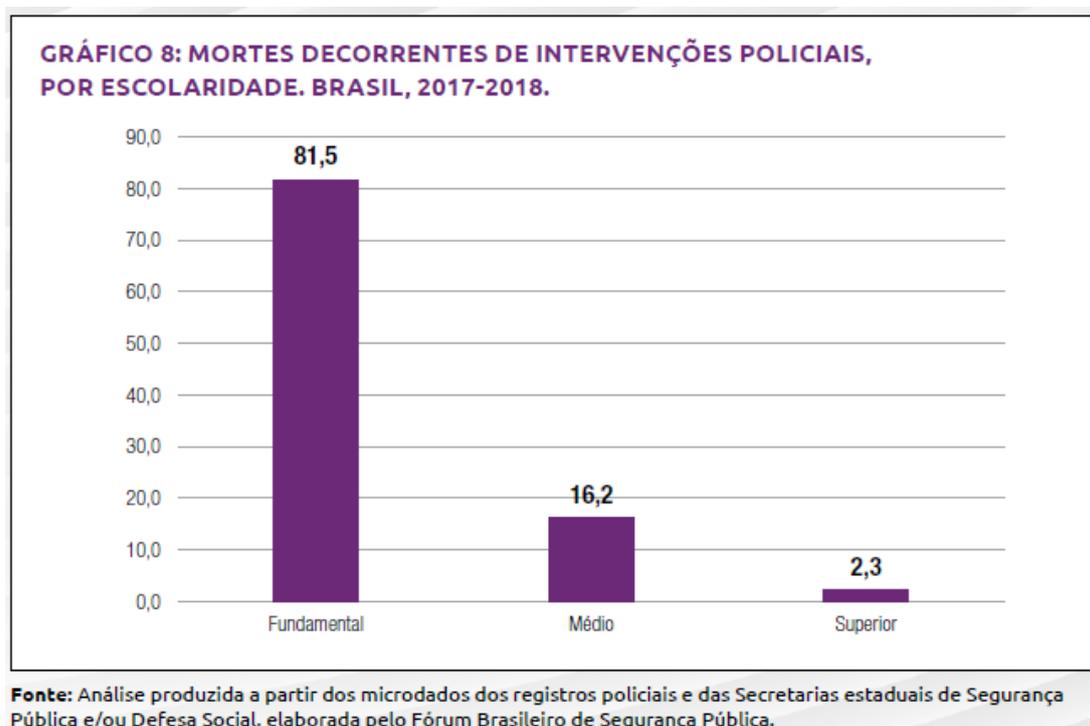
Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019)

No gráfico 4 é visível um pequeno erro na base de cor onde as maiores mortes aparecem no quesito feminino, porém no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019) destaca que: “O primeiro dado a ser destacado refere-se ao sexo: 99,3% das vítimas eram do sexo masculino, o que evidencia a sobre representação deste grupo. Nesse caso, os homens, embora constituintes de aproximadamente 48% da população total representam 99,26% das vítimas da letalidade policial.” (2019, p. 61-62)

O poder disciplinador que se instaura na gestão da vida social, a biopolítica, cria aqueles que são desviantes da vida saudável e assim, para o bem da sociedade, podem morrer. Segundo Foucault (2000a, p. 304), ao estimular o crescimento da vida, a morte aparece não como imposição, mas como um benefício para a vida de todos e, sendo assim, “a morte do outro, a morte [...] do degenerado, é o que vai deixar a vida em geral mais sadia”, criando-se assim a possibilidade de “mortes aceitáveis” e até “desejáveis” socialmente. (GOMES; SILVA, 2017, p. 707)

Apresentei aqui dois quesitos fundamentais para a morte: cor e sexo, mas ainda podemos exemplificar ainda outro quesito: escolaridade. A escolaridade também se mostra essencial quando se fala em mortes, pois a vida aqui desprezada baseada nos dados trazidos seria de homens, negros e de baixa escolaridade. Esses três quesitos se mostram base como viável de uma “morte aceitável” pois essas pessoas deixam de ser vistas como pessoas e sim como possíveis elementos suspeitos. Mas porque elementos suspeitos? Os dados trazidos até aqui mostram que os maiores índices de morte foram os citados acima.

Gráfico 5



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019)

Aqui a fama e a classe social do local da qual se mora também pode ser base para a polícia designar quem vive e quem morre, quem é e quem não é bandido. Pensemos então em uma comunidade pobre, negra, onde a violência e o tráfico imperam e a escolaridade é baixa, onde em sua maioria temos trabalhadores sem carteira assinada, avulsos, ‘bicos’ como falamos. Como a polícia lidaria com as pessoas residentes dessa comunidade? Lembrando que as características trazidas aqui são apenas um exemplo para melhor abordar o tema trazido.

A necropolítica instituída no Brasil com relação às mortes de homens jovens negros e sua espacialização nas periferias pobres urbanas não deixa dúvida de que a sociedade brasileira constituiu os dispositivos capazes de produzir uma massa de cadáveres, considerada necessária para a manutenção da vida considerada qualificada. A insensibilidade de parte da sociedade pelo genocídio das periferias urbanas se constrói cotidianamente pela desumanização dos “outros” por meio dos discursos que permeiam instituições econômicas, políticas e culturais que são veiculadas pelos meios de comunicação. (GOMES; SILVA, 2017, p. 707)

Dentro desse exemplo ainda temos outras duas perspectivas, a primeira é como se dá a sociabilidade dos moradores compreendendo uma separação de pessoas que vivem a base do trabalho visto como honesto e quem vive às custas de tráfico e roubo, refletindo sobre as violências causadas entre os próprios moradores. E a outra se dá a partir de como as crianças poderia perceber esses dois âmbitos, como elas percebem essa circulação de pessoas e como isso pode influenciar sua vida presente e futura.

A violência entre familiares e pessoas da mesma comunidade pode aumentar devido as inúmeras dificuldades que perseguem o dia a dia dessas pessoas. Em seu artigo Machado e Noronha (2002) retratam a situação no bairro Nova Alagados em Salvador - BA, baseada em uma pesquisa que foi realizada entre 1995 e 1996, onde relatam sobre as violências ocorridas entre os próprios moradores, entre a polícia e os moradores, a criminalidade e os excessos em relação a essas violências principalmente por parte da polícia. Esse artigo em questão chama a atenção por se mostrar muito parecido com outras comunidades incluindo a Estrada Velha, os autores destacam que o bairro além de ter uma má fama, também é uma comunidade de pessoas de baixa renda.

Todas essas especificações sobre a comunidade Nova Alagados são necessárias levar em consideração pois “a violência que brota das desigualdades sociais e se manifesta nas ocorrências diárias remete para regras e condutas que favorecem agressões interpessoais e complicam a socialização das novas gerações.” (MACHADO; NORONHA, 2002. p. 193). Infelizmente a realidade da qual vivemos tenta nos definir.

Como citado inicialmente, sou moradora de um ‘morro’ na minha cidade natal, este lugar concentra uma grande má fama, pois há tem um grande índice de tráfico de drogas. Normalmente os rapazes serão vistos ou como usuários de drogas ou traficantes, muitos nem sequer já fumaram um cigarro. Muitas mulheres são conhecidas como mulheres de bandido, barraqueiras e afins, muitas não têm nenhuma conexão com as pessoas do meio do tráfico. É mais comum ainda surgir histórias de algo que ‘fulana’ e ‘cicrano’ fizeram, mesmo sem nunca terem feito, como já ocorreu comigo. Trago este relato como forma de elucidar como facilmente podem ocorrer violências uns com os outros, o famoso ‘tirar satisfação’.

Da mesma forma que há essa violência e por vezes físicas entre essas pessoas e a polícia é chamada para intervir, a mesma também se acha no direito de ser agressiva. Onde moro já escutamos diversos relatos que a polícia chegava no ‘morro’ batendo em todo mundo. Certa vez ocorreu uma situação da qual não lembro a motivação, mas que a polícia subiu (uso o termo subir que significa ‘subiu o morro’ como nos referimos ao lugar) e bateu em várias mulheres, uma delas estava grávida na época, mas eram ‘mulheres de bandidos’, o que para eles pareceu uma boa justificativa.

Pensada nesses termos, a violência oficial está ligada à violência estrutural - que se manifesta nas desigualdades sociorraciais -, mas não pode ser reduzida a esta última. Ou seja, se o aparelho policial participa ativa mente na manutenção e reprodução da ordem social, a forma como ele opera e trata populações pobres e não-brancas depende de controles institucionais externos e internos ao aparelho policial. A falta desses controles contribui para que a violência estrutural se transforme em agressão direta ou interpessoal, gerando formas de vitimização e insegurança que favorecem a intolerância e servem como álibis para abusos policiais. Nestes casos, a percepção de perda de controle sobre a criminalidade faz com que setores da sociedade desenvolvam comportamentos autoritários, apoiando excessos da polícia contra responsáveis por delitos grandes ou pequenos (Chevigny, 1995). (MACHADO; NORONHA, 2002, p. 189)

É necessário analisar que a polícia não é agressiva sozinha, há vario fatores que incentivam essa ostensividade. Ao mesmo tempo que criticamos o abuso policial com alguém da nossa comunidade por exemplo, com a mesma facilidade, apoiamos um linchamento por parte da polícia com alguém que não conhecemos e que podemos destacar que fez atrocidades. O caso Lázaro é um deles, ficou bastante famoso, onde até ficou conhecido como serial killer depois de matar 4 pessoas de uma mesma família. Lázaro só foi encontrado com quase 1 mês depois das mortes, e foi alvejado com por volta de 125 tiros pela polícia.

De acordo com o Jornal Cidade na fala do criminalista Adib Abdouni: "A brutalidade dos crimes cometidos por Lázaro e a caça policial deflagrada contra a sua pessoa mobilizou a imprensa e a sociedade brasileira na espera de sua prisão, dada a repercussão da periculosidade de suas ações delituosas. Entretanto, o desfecho morte do criminoso não deve servir ao propósito de satisfazer o sentimento de justiça instantânea a afastar o receio da impunidade". (2021)¹¹. Infelizmente no mundo em que vivemos atualmente e acharmos exagero o ocorrido com Lázaro, é porque temos pena dele, ou até a famosa frase das redes sociais "leva pra casa".

Temos que refletir o ponto trazido acima, a polícia não é agressiva sozinha. Ela aperta o gatilho, mas nós incentivamos. Nos últimos anos a frase que mais ficou famosa foi "bandido bom é bandido morto", mas quais bandidos estamos falando? Os que matam e que traficam, ou os que roubam milhões da educação e saúde? A morte tem cor e classe social.

A seguir trago trechos da letra de uma música muito forte e potente que apresenta várias problemáticas relacionadas ao tema em foco.

Nome: Favela vive 3

Artistas: ADL, Choice, Negra Li

Artistas em destaque: Djonga, Menor do Chapa

Álbum: Favela Vive 3

Data de lançamento: 2018

Gênero: Hip-hop/Rap¹²

Mano, os cana peida de subir de madrugada	(...)
Sempre marca operação com a porta da creche lotada	Tão pedindo intervenção em pleno ano de eleição
Mais uma mãe revoltada, uma pergunta sem resposta	Será que tu num entendeu como funciona isso até hoje?
Como o policial não viu seu uniforme da escola?	O exército subindo pra matar dentro da favela Mas a cocaína vem da fazenda dos Senadores
Vinicius é atingido com a mochila nas costas	(...)
Como é que eu vou gritar que a Favela vive agora?	Esquerda de lá, direita de cá E o povo segue firme tomando no centro

11 Disponível em: <https://noticias.r7.com/cidades/advogados-veem-excesso-de-dolo-em-morte-de-lazaro-barbosa-29062021>

12 Disponível em: <https://www.google.com/search?q=favela+vive+3>

(...)	Entre o crime e o rap
Hm mano meu foi preso roubando manteiga, é	Click-clack
Saiu da tranca, quis assaltar um banco	Nasce um som, morre um moleque
(...)	(...)
Meu pai me disse "cuidado com essa pochete e esse cabelo loiro	Que é isso?
Meu filho, 'cê num é branco"	Foi tiro do blindado que acertou Marcos
Geral vestido igual, mas os canas te olharam	Vinícius
diferente, eu só lamento	Caído ali, sem árbitro de vídeo
(...)	(...)
E as minas aqui da área nem sapato tem	Pensei meu Deus, quem dera fossem as estrelas cadentes
A maioria de barriga cheia, quem dera fosse de comida	Que o sangue que escorresse não fosse de um inocente
(...)	(...)
Mas no meu lugar se ponha e suponha que	E guarda os nossos filhos onde a polícia não alcança
No século 21, a cada 23 minutos morre um jovem negro	(...)
E você é negro que nem eu, pretinho, ó	O favelado na favela vive dentro de uma bolha
Não ficaria preocupado?	O favelado na favela vive e sobrevive nela
(...)	(...)
Mas o menor 'tava voltando do trampo	A escola me reprovou de série, mas a rua me aprovou pra ser representante dela
Disseram que o tiro só foi precipitado	(...)
(...)	(...)
Eu temo pela vida dos menor que me admira	Os humilhados serão exaltados!
Pensar que na favela só se vence pela ira	Nos dão armas e drogas, e nos perguntam
E sendo observado pela lente de uma mira	Por que somos bandidos e por que nós atiramos
(...)	(...)

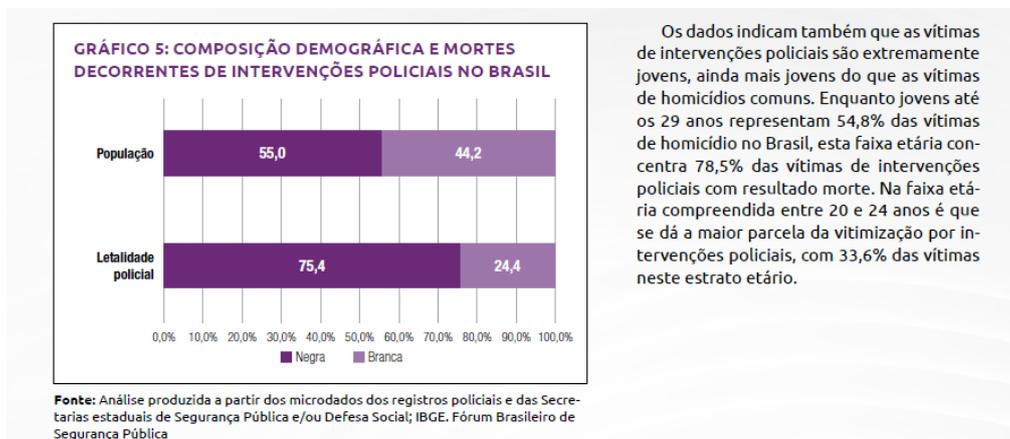
Apesar de ser uma letra extensa, trago trechos que considero essencial, pois trata de muitas questões. Uma delas é sobre a morte de Marcos Vinicius, atingindo por uma bala “perdida”, quando estava saindo para ir à escola, uniformizado. O jornal EL País relata o que a mãe do jovem de 14 anos disse antes de morrer: "Ele disse: 'Mãe, eu sei quem atirou em mim, eu vi quem atirou em mim. Foi o blindado, mãe. Ele não me viu com a roupa de escola?'"", recorda Bruna. Ela ainda acrescenta: "Dizem que minha comunidade é violenta. Mas a minha comunidade não é violenta, ela é muito boa. É a operação que, quando vai lá, vai com muita truculência". (2018)¹³

13 Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/22/politica/1529618951_552574.html

Outra questão faz referência ao tráfico de drogas em que a letra musical diz: “O exército subindo pra matar dentro da favela/Mas a cocaína vem da fazenda dos Senadores”. Esse trecho revela o que chamamos de “guerra as drogas”, essa guerra nunca vai acabar pois associam as drogas apenas aos traficantes moradores de comunidades. Isso me faz lembrar o dia da estrondosa notícia da qual havia sido encontrado 39 kg de cocaína no avião presidencial. O jornal UOL ainda evidencia o título da matéria: “Sargento traficou cocaína sete vezes em aviões da FAB antes de ser preso”¹⁴. A partir disso as pessoas deveriam se fazer perguntas simples: de onde vem as drogas que os traficantes vendem? De onde vem o armamento pesado que os traficantes possuem? E porque ninguém fala sobre isso?

A letra musical também faz referência a morte e excesso de pessoas negras: “Mas no meu lugar se ponha e suponha que/No século 21, a cada 23 minutos morre um jovem negro/E você é negro que nem eu, pretinho, ó/Não ficaria preocupado?”. Como já visto nos índices mostrados, as pessoas negras sempre estão em maior número.

Gráfico 6



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019)

O gráfico acima reafirma a fala de que pessoas negras estão no mais alto índice de morte por policiais. A população negra é maioria no país, mas se ela é a maioria, porque é minoria nas universidades, minoria nos cargos públicos, mas é maioria em situação de pobreza e maioria no sistema carcerário? Juliana Borges (2018) em seu livro “O que é encarceramento em massa”, apresenta que o Brasil tem “a terceira maior população

¹⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/31/sargento-cocaina-fab.htm>

prisional do mundo” (p. 13), onde “64% da população prisional é negra” (p. 14). Isso reafirma o que Achille Mbembe apresenta em seu termo Necropolítica, onde o Estado dita quem deve viver e quem deve morrer, e nesse caso voltamos a situação da ‘guerra as drogas’ onde “entra em cena o discurso de legitimação da ação genocida do Estado” (BORGES, 2018, p. 23)

Já o sociólogo camaronês Achille Mbembe formulará o conceito de necropolítica. Ou seja, o poder de ditar quem deve viver e quem deve morrer. É um poder de determinação sobre a vida e a morte ao desprover o status político dos sujeitos. A diminuição ao biológico desumaniza e abre espaço para todo tipo de arbitrariedade e inumanidade. No entanto, para o sociólogo há racionalidade na aparente irracionalidade desse extermínio. Utilizam-se técnicas e desenvolvem-se aparatos meticulosamente planejados para a execução dessa política de desaparecimento e de morte. Ou seja, não há, nessa lógica sistêmica, a intencionalidade de controle de determinados corpos de determinados grupos sociais. O processo de exploração e do ciclo em que se estabelecem as relações neoliberais opera pelo extermínio dos grupos que não têm lugar algum no sistema, uma política que parte da exclusão para o extermínio. O excessivo uso de força e de agentes repressivos está articulado e indissociado dos interesses do capital especulativo. Mesmo em contextos de ampla exploração, conforme aponta Foucault, a lógica do controle e da exclusão são os lugares negados, os “lugares-não-lugares”, dessas populações vulneráveis na lógica interseccionada do sistema de dominação. Como consequência da lógica da exploração do trabalho, o corpo-máquina, ao desprover-se dessa característica que representa sua única função no interior do sistema capitalista, torna-se desnecessário de controle e tem sequestrada sua atuação política, sendo, com isso, passível de desumanização e aniquilamento. (BORGES, 2017)

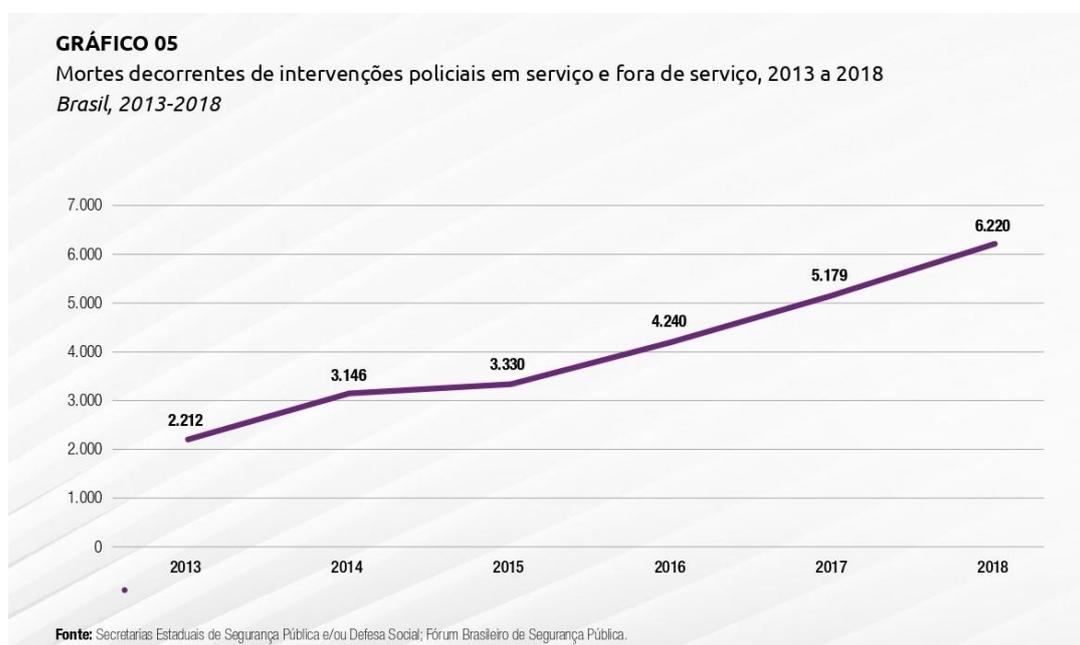
O Estado em todas as suas instâncias de poder, principalmente no que diz respeito a polícia, não está preocupado no bem estar da população negra e pobre, pois pelos dados e pelas tantas pesquisas em relação a violência policial e a Necropolítica, a vida desses seres é insignificante e passível de ser exterminada. A diferença de tratamento de um policial e relação a uma pessoa de bairro pobre e uma pessoa de bairro ‘nobre’ é gigantesco. Lembremos do acontecimento onde policiais foram atender um chamado em Alphaville sobre violência doméstica, e ao chegarem no local foram humilhados pelo morador que se mostrava alcoolizado. Importante salientar que o bairro Alphaville localizado em São Paulo é um lugar da ‘alta classe’ e o homem que desacatou os PMs era branco.

A violência moral foi gravada e há um trecho que Ivan Storel diz “Não pisa na minha calçada, não pisa em minha rua, eu vou te chutar na cara filha da puta, eu vou te chutar na cara. Não pisa na minha calçada. Você é um lixo. Seu merda. Você é um merda de um PM que ganha R\$ 1 mil por mês, eu ganho R\$ 300 mil por mês. Eu quero que você

se foda, seu lixo do caralho. Você pode ser macho na periferia, mas aqui você é um bosta. Aqui é Alphaville, mano.”¹⁵(retirado do Jornal UOL, 2020). Os policiais claramente não revidaram, não sacaram suas armas, não se defenderam. Porque?

“Homens negros, e pessoas negras em geral, são representadas excessivamente nos noticiários como criminosos. Significa que são mostrados como criminosos de modo exagerado, mais do que o número real de criminosos (...). Então você educou um povo deliberadamente, por anos, por décadas, para crer que homens negros, em especial, e pessoas negras, em geral, são criminosos. Quero ser clara. Não estou falando só de pessoas brancas. Pessoas negras também acreditam e morrem de medo de si mesmas.” (Malkia Cyril. Diretora-Executiva da ‘Center for Media Justice’, em depoimento no documentário 13ª Emenda de Ava Duvernay) (BORGES, 2018, p. 49)

Gráfico 7



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019)

No gráfico 7 temos a representação de mortes decorrentes de intervenções policiais e serviço e fora de serviço em um período de espaço entre 2013 há 2018 e percebe-se o grande aumento a cada ano. Esse gráfico me faz lembrar da fala de um dos integrantes da rede trazido aqui, onde a polícia à paisana (teoricamente fora de serviço) chega à comunidade e leva alguém não identificado no momento. Até que ponto a ostensividade, o poder e a necessidade de causar medo, em uma tentativa falha de impor respeito está ligada a profissão de policial que visa assegurar a ordem e segurança da população?

15 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/07/20/policial-xingada-por-empresario-em-alphaville-pede-r-100-mil-na-justica.htm>

Tabela 1

TABELA 06

Mortes decorrentes de intervenção policial,
por número de vítimas – 1º semestre
Brasil e Unidades da Federação – 2019-2020

Brasil e Unidades da Federação	Mortes decorrentes de intervenção policial		
	Ns. Absolutos		
	1º semestre		
	2019	2020	Variação (%)
Brasil	3.002	3.181	6,0
Acre	12	16	33,3
Alagoas	51	57	11,8
Amapá ⁽¹⁾	61	70	14,8
Amazonas	36	54	50,0
Bahia ⁽¹⁾	361	512	41,8
Ceará	84	96	14,3
Distrito Federal	4	8	100,0
Espírito Santo	18	26	44,4
Goiás ⁽²⁾
Maranhão ⁽¹⁾	44	35	-20,5
Mato Grosso	28	52	85,7
Mato Grosso do Sul	32	15	-53,1
Minas Gerais ⁽¹⁾	57	60	5,3
Pará	367	259	-29,4
Paraíba	16	19	18,8
Paraná	155	179	15,5
Pernambuco ⁽³⁾	32	55	71,9
Piauí	30	17	-43,3
Rio de Janeiro	885	775	-12,4
Rio Grande do Norte	63	85	34,9
Rio Grande do Sul ⁽³⁾	117	90	-23,1
Rondônia ⁽¹⁾	10	3	-70,0
Roraima ⁽¹⁾	6	9	50,0
Santa Catarina	43	61	41,9
São Paulo	426	514	20,7
Sergipe	59	107	81,4
Tocantins ⁽¹⁾	5	7	40,0

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) A fonte do dado é o Monitor da Violência, elaborado pelo G1, em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(2) Goiás não disponibilizou os dados sobre mortes decorrentes de intervenções policiais.

(3) Estão contabilizadas somente as vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço.

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020)

Na tabela 1 temos representado o número de mortes por intervenções policiais em cada Estado do país apenas no primeiro semestre de cada ano (2019-2020), levando em consideração que Goiás não disponibilizou os dados dos dois anos. Percebe-se que as

mortes aumentam em 2020 comparado a 2019 e que Rio de Janeiro e São Paulo constituem o pódio de maiores índices de mortes decorrentes de intervenções policiais.

Percebo que apesar de serem muitas mortes, considero como pesquisadora que não é a real estatística. Sabemos que esses dados são enviados a partir de relatórios de cada Estado de acordo com suas delegacias e dados. Porém sabemos visivelmente que parecem poucas mortes comparadas com o que vemos diariamente nos jornais e rede sociais.

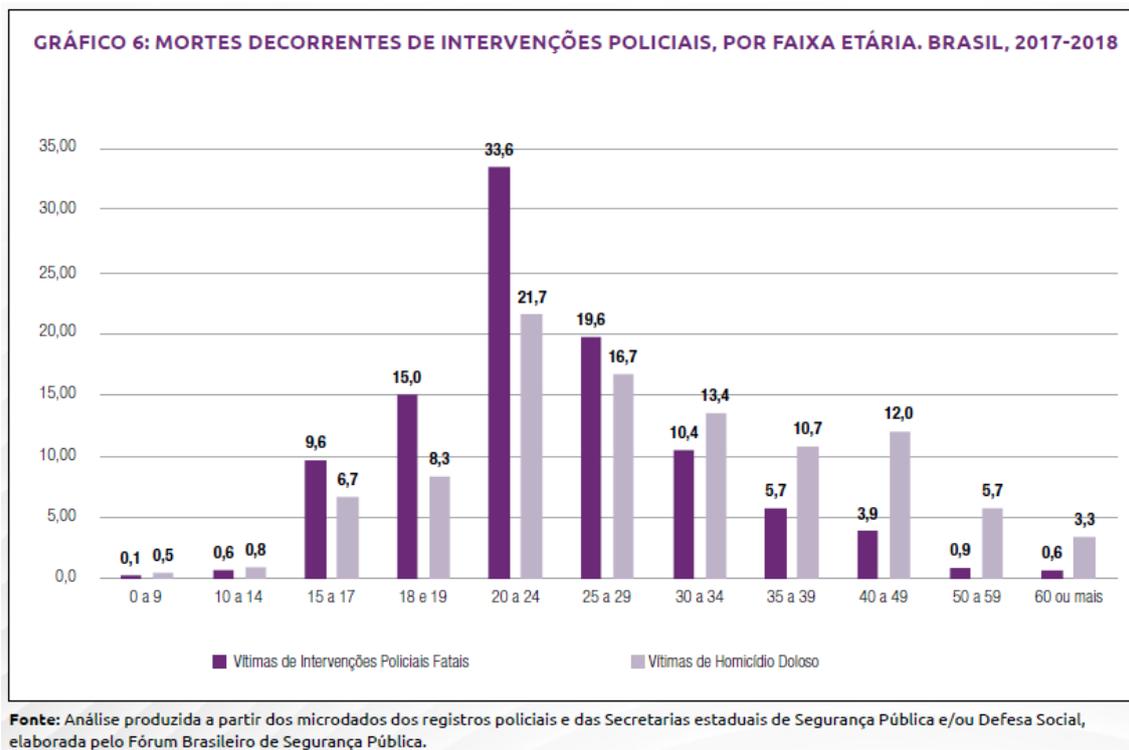
Também apontamos a relação entre a polícia civil e militar. A polícia militar realizou a prisão dos autores em flagrante e impediu o linchamento dos mesmos por parte da população. Além disso, os policiais militares sempre aparecem como testemunha nos registros de ocorrência porque comparecem com mais frequência aos locais do crime do que a polícia civil, como tratado acima. Em 50,4% dos registros verificamos a existência somente de duas testemunhas arroladas; e, na análise qualitativa, observamos que essas duas testemunhas eram exatamente os policiais militares que estiveram no local do homicídio e que foram à delegacia prestar depoimento. Assim, muitas vezes é o relato destes policiais que serve de base para que o fato delituoso seja descrito na dinâmica e que se defina uma linha investigativa. (MIRANDA; OLIVEIRA; PAES, 2007, p. 65)

A citação em questão faz menção a uma pesquisa realizada entre maio e novembro de 2005 que visava “avaliar o processo de registro e investigação da Polícia Civil em casos de homicídios dolosos, em cinco unidades integrantes do “Programa Delegacia Legal” no município do Rio de Janeiro.” (MIRANDA; OLIVEIRA; PAES, 2007, p. 51)

A citação acima faz referência ao fato de a polícia militar ser normalmente as únicas testemunhas dos casos. Sendo assim suponhamos que a mesma pode facilmente “esquecer” de algum acontecimento da cena do crime, ou “sem querer” acabar alterando a mesma. Claramente são apenas hipóteses, mas que devemos refletir.

No gráfico a seguir temos dados relativos as mortes em intervenções policiais por faixa etária. Percebe-se que há maior concentração em mortes entre 20 à 24 anos, seguido de 25 a 29 anos, e depois de 18 a 19 anos. O gráfico se divide entre duas cores, roxo escuro para mortes em intervenções policiais e roxo claro para vítimas de homicídio doloso. O gráfico representa que as maiores mortes se concentram entre 18 a 29 anos. Jovens.

Gráfico 8



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019)

Gostaria de apresentar também um artigo de extrema importância que retrata as problemáticas em ser policial, além de como a profissão adocece. Lembrando que este trabalho não é visado para trazer negatividade para a profissão, mas sim a realidade que vivemos diariamente, levando em conta também o processo que esse policial passa dentro da instituição e como ele é atingido com as demandas da sociedade.

Sales e Sá (2016) construíram um artigo chamado “A condição do policial militar em atendimento clínico: um análise das narrativas sobre adoecimento, sofrimento e medo no contexto profissional.”. Apenas o título já remete ao que quero trazer, como o trabalho policial também pode representar medo e sofrimento aos próprios profissionais.

(...) no universo classificado como “militarismo” – termo com o qual apresentam o modo de dominação da organização corporativa militar, historicamente marcada pelas exigências de ordem, silenciamento e autoritarismo (SÁ, 2015) –, o que nos faz pensar na relação entre corpo, gesto e palavra como algo central para a análise dos agenciamentos dos atores sociais frente à sua condição de adoecimento. (...) Não é à toa que policiais militares repetem em suas falas sociais a ideia de que transferem violentamente para a sociedade o tipo de violência que sofrem em sua socialização profissional. (SALES; SÁ, 2016, p. 182)

Sempre classificamos os policiais militares como violentos e que atuam ostensivamente, mas será que em algum momento já pensamos em como são tratados?

Podemos perceber que os policiais fazem o “trabalho sujo” que o Estado não tem coragem, como por exemplo o genocídio da população negra e pobre, da qual apresentamos aqui baseado em tantos dados. Então esses profissionais serão fortemente culpados de tudo que fizerem. Mas então fica o questionamento: eles não pensam e agem por si próprios? Não posso responder essa a pergunta, pois necessitaria de uma pesquisa de campo em um ou mais batalhões da polícia para se analisar esses questionamentos.

Entre nossos interlocutores, há policiais que afirmam que a polícia em vez de se apoiar na “força do direito”, para fundamentar suas práticas, firmou-se no “direito da força”, tornando-se assim agente de defesa do Estado em detrimento da proteção devida à sociedade. (...) Eles afirmam que vivem “com a violência” e que isso os afeta negativamente; afirmam também que a maioria não percebe isso. (SALES; SÁ, 2016, p. 186)

Apresento aqui o relato de um amigo que traz um pouco sobre sua visão sobre a vida policial e o que sofrem, pois seus familiares são da área e infelizmente seu tio que era da PM veio a falecer em um confronto. Sua fala se remete a violência sofrida não na instituição, mas dentro da própria sociedade, enquanto atuava.

A questão do sofrimento do policial não é algo tão falado, porque na minha visão é escondido até pelos próprios policiais. Já que sempre precisam ser duros e frios, isso acaba se transferindo também para os sentimentos. Na minha família o único filho dos meus avós paternos que não seguiu carreira militar foi o meu pai, tenho dois tios policiais militares e um policial penal, um deles foi assassinado quando reagiu a uma encruzilhada de vários bandidos de facções se enfrentando. Antes dele morrer a nossa família já teve muitas vezes que deixar o bairro por um tempo por estar na mira de bandidos que ele prendeu ou reagiu à violência, muitas vezes ele precisou trocar de carro porque o dele já tava "marcado" pelos bandidos, ele também já teve que passar tempos fora com a esposa e minhas primas por ter bandidos rodeando a sua casa, muitas coisas aconteceram até o dia que ele não conseguiu mais se salvar. E por conta dessas perseguições ele já foi afastado da polícia por não estar em condições psicológicas para o trabalho, ele desenvolveu depressão e ansiedade, precisava tomar remédios (ele não tomava) e tinha que ir no psiquiatra. Ele sempre estava em alerta, achava sempre que ia ser surpreendido, NUNCA tirava a arma da cintura, em hipótese nenhuma ele abandonava a arma, como eu disse, ele estava sempre em alerta. Vários fatores levaram ele a esse adoecimento, tanto a ameaça de poder ser morto a qualquer momento quanto o fato dessa ameaça refletir na nossa família. Um exemplo disso é que o velório dele não pôde ser na casa da minha vó, foi em uma associação de policiais e teve escolta todo tempo por perigo de algum tipo de violência contra nós. (27/07/2021)

Este relato é forte e nos deixa atentos para as diversas violências sofridas, o excesso de trabalho, a criminalidade, o medo de acontecer algo consigo e com a família sendo constante. Pode-se perceber como a instituição policial é problemática e como a partir das violências sofridas não só no seu local de trabalho, mas também na sociedade em si, fazem o profissional repassar para a população tudo o que sofrem.

Segundo um de nossos interlocutores, as pressões sofridas pelo policial militar nas rotinas militaristas são descarregadas em sessões de espancamentos de civis considerados por eles como vagabundos, principalmente nos horários em que os policiais militares estão cumprindo escalas pela madrugada e encontram pessoas indesejáveis. Esse tipo de relato é recorrente nas falas dos policiais militares. Um tipo de explicação nativa para o modo violento de ser da polícia militar. Na prática, os policiais militares lidam diretamente com essas relações, melhor dizendo, assimétricas de poder. A hierarquia e a doutrina militar são representações significativas dessas relações. Seguir o padrão rígido de patentes não é problema para o policial. Ele só se torna prejudicial na medida em que há uma série de fatores que contribuem para a humilhação e a desvalorização do indivíduo. Pode-se tomar a situação em que os superiores utilizam o seu cargo para constranger e oprimir aqueles em posição hierárquica relativamente inferior, munidos de um caráter político e autorizado, e fortalecendo estados de baixa autoestima e desvalorização profissional. (SALES; SÁ, 2016, p. 188)

Ou seja, a violência é o cotidiano da polícia, seja com a população, seja entre eles próprios. Apesar de saber a dificuldade em mudar uma estrutura, é imprescindível reconhecer que instituição a instituição policial e as formas de atuação devem ser mudadas. Se existem profissionais insatisfeitos então o trabalho será difícil e terá erros com maior facilidade.

Dentre os fatores elencados como causas dos adoecimentos, aparecem prioritariamente as condições insalubres próprias do trabalho policial militar. Essas estão expressas nos discursos de denúncia, nos quais os militares aparecem como submetidos a escalas exaustivas. Muitas vezes estão associadas ao desgaste físico, ao “stress” e ao sofrimento psíquico, além do próprio risco de morte que a profissão carrega. Essas condições provocam danos psicológicos, às vezes em caráter permanente, que, em casos mais graves, levam ao suicídio. (SALES; SÁ, 2016, p. 183)

Tudo que afeta o psicológico do ser humano independente da sua profissão, afeta sua forma de agir diante de outras pessoas. Sales e Sá (2016) em suas entrevistas com policiais, apresentam que muitos deles viraram alcoólatras, que batem ou tentam bater em suas mulheres, podendo até ficar loucos.

De acordo com o boletim do IPPES¹⁶ (Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio) (2020), retrata que “foram registradas 143 notificações em 2019, um crescimento de 39% em relação a 2018. Entre elas, 83 foram de suicídios consumados, 39 tentativas de suicídio, 16 homicídios seguido de suicídios, 3 mortes por causas indeterminadas (suspeita) e 2 outros.” (IPPES, 2020), levando em consideração que esses

16 Disponível em: <https://ippesbrasil.com.br/noticias/boletim-ippes-2020-um-panorama-do-suicidio-policial-no-brasil/>

dados são de toda segurança pública, ou seja, PM, PC, PF, PRF, bombeiros, guarda municipal entre outros.

Dos 83 profissionais de segurança pública vítimas de suicídio em 2019, 74 eram do sexo masculino e 9 do feminino. A média de idade desses agentes é de 40 anos e a arma de fogo foi o principal meio utilizado. Segundo a socióloga e pesquisadora associada do IPPES Tatiana Pereira, estudos nacionais e internacionais mostram que o suicídio é um fenômeno majoritariamente masculino. “O que acontece na segurança pública é que, além de ter uma população majoritariamente masculina, é reforçada a ideia de que o indivíduo não pode demonstrar fraqueza, não pode sucumbir ao sofrimento. Então a pessoa tem que passar pela pior coisa do mundo, mas precisa se mostrar forte e poderosa para corresponder ao ethos de servir e proteger”, explica a pesquisadora. (IPPES, 2020)

O boletim também afirma que a polícia militar é a que concentra maior índice de vítimas de suicídio, e infelizmente não seria diferente considerando que a PM detém maior trabalho direto e frequente com a população, além de enfrentar diversos problemas dentro da própria instituição.

Em sua pesquisa, Cardia (1997) verificou a intensa recorrência da palavra medo em entrevistas realizadas com policiais, o que também vimos com frequência nas nossas entrevistas com os militares do Ceará. Nesse sentido, podemos entender que esse sentimento faz parte do cotidiano desses atores sociais, já que estão mais expostos a situações de perigo e vulnerabilidade por conta da profissão. Eles costumam dizer que acordam, vivem e dormem com a violência. (SALES; SÁ, 2016, p. 187)

Neste subtema nota-se violência sofrida por ambas as partes: a população e a própria polícia. É certo que não podemos usá-la como justificativa para abrandar as atrocidades realizadas por muitos policiais, porém mostra-se necessário dar maior atenção psicológica para estes profissionais. Como realizar um bom trabalho quando se está sobrecarregado? Porque não há mudanças nessa estrutura que dá abertura a essa violência em ambas as partes? Tanto a população negra e de baixa renda quanto a própria polícia são descartáveis para o Estado.

4.5 Conceitos de raça e racismo

Kabengele Munanga (2003) apresenta que inicialmente raça era um conceito ligado exclusivamente para a botânica e a zoologia. Após isso o termo foi utilizado para classificar pessoas, como forma de dominação entre os sujeitos. Achille Mbembe (2014) considera o termo ‘raça’ apenas uma classificação para dividir e desumanizar os povos não europeus.

A noção de raça permite que se representem as humanidades não europeias como se fossem um ser menor, o reflexo pobre do homem ideal de quem estavam separados por um intervalo de tempo intransponível, uma diferença praticamente insuperável. Falar delas é, antes de mais, assinalar uma ausência – a ausência do mesmo – ou ainda uma presença segunda, a de *monstros* e de *fósseis*. Se o fóssil, escreve Foucault, é <<aquilo que deixa subsistir as semelhanças através de todos os desvios que a natureza percorreu>> e se funciona desde logo como << uma forma longínqua e aproximativa da identidade>>, o monstro, pelo contrário, <<narra, como em caricatura, a gênese das diferenças>>¹⁷. No grande quadro das espécies, gêneros, raças e classes, o Negro, na sua magnífica obscuridade, representa a síntese destas duas figuras. O Negro não existe, no entanto, enquanto tal. É constantemente produzido. Produzir o Negro é produzir um vínculo social de submissão e um *corpo de exploração*, isto é, um corpo inteiramente exposto à vontade de um senhor, e do qual nos esforçamos para obter o máximo de rendimento. (MBEMBE, 2014, p. 40)

A raça aparece como forma de dominação, classificando raças superiores e inferiores, onde Munanga (2003) descreve o a divisão das raças criadas: branca, negra e amarela (p. 19), onde a raça branca e europeia se auto classificava como superior, enquanto as raças negra e amarela eram classificadas como inferiores. Com a chegada das classificações chega junto a ela o racismo, que se une a ideia de inferioridade de determinadas raças usada para tentar confirmar essa concepção.

Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são conseqüências diretas de suas características físicas ou biológicas. (MUNANGA, 2003, p. 24)

Achille Mbembe (2014) também escreve sobre, citando Foucault (2006):

Abordando o racismo em particular e sua inscrição nos mecanismos do Estado e do poder, Michel Foucault dizia, a este respeito, que qualquer moderno funcionamento do Estado <<a determinado momento, a um certo limite e em certas condições, passaria pelo racismo>>. A raça, o racismo, explicava ele, <<é a condição de aceitabilidade da condenação

¹⁷ Referência a citação de Michel Foucault usada por Achille Mbembe: *As palavras e as coisas, op. cit.*, p. 216.

à morte numa sociedade de normalização>>. E conclui <<A função assassina do Estado só pode ser garantida, funcionando o Estado no modo do biopoder, através do racismo>>. ¹⁸ (MBEMBE, 2014, p. 67)

A partir disso se estrutura o chamado ‘racismo científico’ que através da ciência tentava provar a superioridade da raça branca europeia e em contrapartida inferiorizar as outras raças, potencializando a dominação e hierarquização entre as mesmas, utilizando como aporte teórico principalmente o tamanho do crânio, o genótipo e fenótipo.

A escravização também potencializou as formas de racismo que até hoje são presentes: inferiorização, brancos em sua maioria nas instancias de poder, nas universidades, na classe alta, com maiores acúmulos de riquezas. De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, no artigo 5: “XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;”¹⁹. A lei nº 7.716/ 1989²⁰ em seu artigo primeiro: “Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.”, ou seja, o crime racial em nosso país é condenável e inafiançável. Mas diante a tantas situações de racismo apresentada pelas grandes mídias e redes sociais, pergunto a você leitor, quantas pessoas você conhece, ouviu falar, viu nas redes que foi presa por cometer racismo? E se caso tenha ouvido falar, essa pessoa continuou presa? Essas perguntas são importantes para refletirmos até que ponto as leis contra o racimo se encontram apenas assim, na teoria.

Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte”. Na economia do biopoder a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer”. (MBEMBE, 2016, p. 128)

O racismo se modifica a cada mudança da sociedade, ou seja, se moldando a ela. O racismo institucional se coloca como uma dessas adaptações, pois como apresenta Almeida (2016):

(...) é no interior das regras institucionais que os indivíduos tornam-se sujeitos, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social. Assim as instituições moldam o comportamento humano, tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos

18 Referência a citação de Michel Foucault usada por Achille Mbembe: *É preciso defender a sociedade: Curso do Colégio de França (1975-1976)*, Carnaxide: Livros do Brasil, 2006, pp. 227-8.

19 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

20 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm

sentimentos e preferências. (...) Assim, a principal tese de quem afirma a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. (ALMEIDA, 2018, p. 30)

O racismo faz perseverar a ideia de que negros e negras são inferiores e esse pensamento pode se iniciar desde a escola enquanto pequenos.

Como explicar às crianças negras e também às não negras que os afrodescendentes são os únicos brasileiros, pelo menos a significativa maioria deles, que desconhecem precisamente de onde vieram seus antepassados? Seus antepassados aprisionados, escravizados e para cá forçadamente transportados guardaram em usos, costumes e até mesmo na língua portuguesa, lembranças contundentes das suas culturas e sabedoria africanas. Mas sofrimentos causados pela desumanização de seus corpos e mentes, a separação e o isolamento de nativos de um mesmo povo, deixaram pistas remotas sobre região, vila, cidade de que eram originários. Tiveram, eles, que se reinventar como seres humanos, como africanos da Diáspora. Se essa situação constrange adultos, imagine--se o quanto interfere no fortalecimento da autoestima das crianças negras, também das outras, as não negras. Como ensinar que somos todos iguais, diante de tão forte desigualdade? Que cidadania poderão essas crianças construir? (SILVA, 2015, p. 163-164)

Infelizmente na escola aprendemos que África se volta apenas para escravizados, pessoas sem história, sem cultura, sem religião, indivíduos que foram marcados e reconhecidos pela colonização. O mito da democracia racial faz crer em uma igualdade das raças no Brasil, onde pode-se perceber isso no livro “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre, que ajudou a retratar esse imaginário. Estudiosos declaram que o autor não retrata com fidelidade a escravidão e a relação de dominação do homem branco para o homem negro.

Nesse ínterim em 1933, o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre com a publicação do livro “Casa grande & Senzala” rompe com a perspectiva biológica que identificava brancos como superiores e negros como inferiores se filiando a linha cultural da celebração da mistura das três raças. Freyre, desloca o conceito de raça (biológica) para o conceito de cultura, influenciado pelos estudos do antropólogo Franz Boas, tornando-se expoente no discurso de diversidade racial como uma força. Na obra de Freyre, a opressão racial é diluída na ideia de convivência harmônica encobrendo os conflitos raciais no discurso de identidade nacional. Segundo Skydmore (1989), Freyre contribuiu para uma visão positiva de negros, índios e mestiço na formação do brasileiro. Colocamos em dúvida esta perspectiva positiva, pois, ao afirmar que no Brasil existia uma harmoniosa convivência racial a luta por igualdade e a admissão de que vivemos em uma sociedade racista ficou bem mais difícil. (CARDOSO, 2018, p. 33)

O racismo institucional na área da saúde também se mostra firme e forte na sua ação de exclusão:

As reivindicações da população negra e de movimentos sociais - especialmente o Movimento de Mulheres Negras e do Movimento Negro - por mais e melhor acesso ao sistema de saúde participaram da esfera pública ao longo dos vários períodos da história das mobilizações negras, principalmente no período pós-abolição, e se intensificaram na segunda metade do século XX, com forte expressão nos movimentos populares de saúde, chegando a participar dos processos que geraram a Reforma Sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde. No entanto, é possível verificar que essa presença, apesar de ter contribuído para a concepção de um sistema universal de saúde com integralidade, equidade e participação social, não foi suficiente para inserir, no novo Sistema, mecanismos explícitos de superação das barreiras enfrentadas pela população negra no acesso à saúde, particularmente aquelas interpostas pelo racismo. (WERNECK, 2016, p. 536)

A população negra infelizmente é negligenciada por todas as instituições, elevando os índices de pobreza, mortes em decorrência de doenças e de abuso policial, maior número de pessoas negras no sistema prisional, menor número de alunos negros no ensino básico e superior. O racismo estrutura nossa sociedade, mas devido o mito da democracia racial, as pessoas acreditam que o racismo existe, mas nenhuma delas se colocam como tal. Madeira (2020) traz dados que afirmam essa realidade:

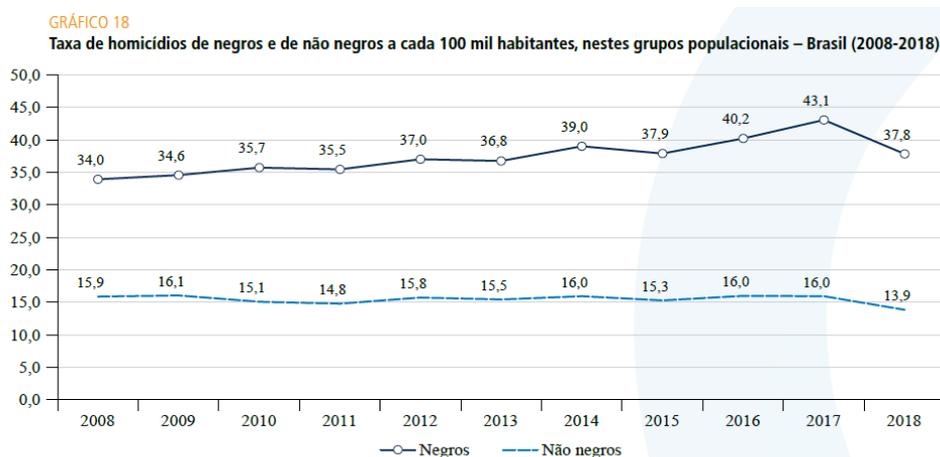
Os dados atuais traduzem em números as consequentes desigualdades forjadas pelo racismo estrutural na sociabilidade brasileira. Segundo a PNAD (IBGE, 2018), das 12,8 milhões de pessoas desempregadas no Brasil, (64,6%) são negras. Quanto ao rendimento de trabalhadores(as) negros(as), ele foi de R\$ 1.608,00, e o dos brancos foi de R\$ 2.796,00. Quase metade da população negra (46,9%) está na informalidade, enquanto entre os brancos é de 33,7%. (IBGE,2019). Logo, os dados revelam que o racismo se inscreve nos índices de desigualdades em áreas estratégicas para processos de desenvolvimento social e econômico. Quanto ao nível de escolaridade, em 2015, 18% dos pretos e pardos não possuíam instrução, em contraposição a 4% dos brancos. Além disso, 59% da população negra possuía o fundamental incompleto, enquanto que brancos correspondem a 21% das pessoas com fundamental incompleto (IBGE, 2017). De acordo com o Atlas da Violência (CERQUEIRA, 2018), em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8% e a taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras. O patriarcado e o racismo construíram um lugar diferenciado de inferioridade para as mulheres negras: estas ainda têm muito a trilhar para serem vistas como sujeitos plenos. Segundo o Atlas da Violência (CERQUEIRA, 2018), os jovens negros estão entre as maiores vítimas de mortes violentas. Sete em cada de vítimas são negras, a maioria jovem e do sexo masculino. Esses jovens têm se deparado cotidianamente com a herança do escravismo, convivendo com o peso da “criminalidade mestiça” como particularidade nacional, suas condutas identificadas como delituosas. São frequentes as narrativas que os colocam numa condição de inferioridade como pretos, pobres e de periferia. Isso os desumaniza como sujeitos capazes de construir caminhos e práticas de reinvenção de sua existência. (MADEIRA, 2020, p. 152-153)

Voltando a discussão de saúde, mulheres negras grávidas se mostram nos piores índices comparadas a mulheres brancas como mostra a pesquisa voltada ao pré-natal e parto com mulheres pretas, pardas e brancas:

Em comparação às mulheres brancas, as mulheres pardas e pretas se concentram mais nas regiões Norte e Nordeste, assim como nas com pagamento público do parto, nas adolescentes, nas menos escolarizadas, nas pertencentes às classes econômicas D e E, e nas com três ou mais partos anteriores. As puérperas de cor preta possuíram maior risco de terem um pré-natal inadequado (OR = 1,62; IC95%: 1,38-1,91), falta de vinculação à maternidade (OR = 1,23; IC95%: 1,10-1,37), ausência de acompanhante (OR = 1,67; IC95%: 1,42-1,97) e peregrinação para o parto (OR = 1,33; IC95%: 1,15-1,54). As pretas também receberam menos orientação durante o pré-natal sobre o início do trabalho de parto e sobre possíveis complicações na gravidez. Apesar de terem menor chance para uma cesariana e de intervenções dolorosas no parto vaginal, como episiotomia e uso de ocitocina, em comparação às brancas, as mulheres pretas receberam menos anestesia local quando a episiotomia foi realizada (OR = 1,49; IC95%: 1,06-2,08). A comparação entre puérperas pardas e brancas resultou numa subamostra de 13.318 mulheres, das quais 6.659 eram pardas e 6.659 brancas. Os resultados indicaram maior risco de as puérperas pardas terem pré-natal inadequado (OR = 1,24; IC95%: 1,12-1,36) e ausência de acompanhante (OR = 1,41; IC95%: 1,27-1,57). Na comparação entre pretas e pardas, a subamostra foi de 9.006 mulheres, sendo 1.804 pretas e 7.202 pardas. A inadequação no pré-natal, a não vinculação à maternidade e a não orientação durante o pré-natal sobre o início do trabalho de parto foram mais frequentemente observadas nas puérperas pretas. (...) foram verificados piores indicadores de atenção pré-natal e parto nas mulheres de cor preta e parda, em comparação às brancas. (LEAL; GAMA; PEREIRA; PACHECO; CARMO; SANTOS, 2017, p. 5)

A citação acima define quando falamos sobre racismo estrutural e institucional, falta de oportunidade e desigualdade social. O gráfico a seguir apresenta a taxa de homicídios de negros e não negros em um período de 2008 a 2018, levando em consideração negros como pardos e pretos. É perceptível a enorme diferença de mortes.

Gráfico 9



Fonte: Os dados de homicídios foram provenientes do SIM/MS.

Elaboração: Diest/ipea e FBSP.

Obs.: O número de negros foi obtido somando-se pardos e pretos, enquanto o de não negros se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas; s/ignorados não entraram nas contas.

Fonte: Atlas da Violência (2020)

Um filme chamado *Cidade de Deus* lançado em agosto de 2002 retrata todos os dados trazidos nessa pesquisa, apresenta a realidade das favelas, de negros e pobres na cidade do Rio de Janeiro, mas são situações que ocorrem em todo o país, apesar da ressalva de muitos. O filme apresenta as aflições e as várias violências sofridas no local, desde a falta da chegada de informação na comunidade, onde se apresenta a gravidez precoce (adolescência); estupro por poder e ganância, polícia corrupta, racismo, além da inserção das infâncias naquele meio agressivo. Além disso algumas partes iniciais do filme se colocam como questionadoras. Exemplo disso seria o “Trio Ternura”, que roubam para si, mas também para sua comunidade. A partir disso pode se questionar: ajuda ou impunidade? Gratidão ou bandidagem? Outras interrogações também são realizadas pelo filme quando Buscapé mantém seu desejo de ser fotógrafo. Mas como é possível sair daquele meio quando aquilo te persegue?

O meio do tráfico é visto como uma forma de dinheiro fácil e assim se coloca no filme. Mas apesar disso, não se visualiza uma boa vida, carros de luxo ou muitas mulheres; o que se tem são bons armamentos e pagamento de policiais corruptos para deixar os traficantes em “paz”.

O texto de Zaluar (2004) esclarece:

O modelo da explicação da criminalidade do tipo Robi Hood, que rouba dos ricos para dar aos pobres, ainda excita a imaginação dos que se indignam com a iniquidade do sistema brasileiro. Se não há dúvida de que jovens e crianças pobres estão sendo usados nessas organizações criminosas para realizar os atos mais visíveis e arriscados, não são eles os que enriquecem com o crime. (Zaluar, 2004, p. 60)

A autora também traz a presença do “etos da masculinidade” (2004, p. 62), que também se faz presente no filme quando ocorre a cena de estupro, onde mostra a masculinidade ou no caso ‘quem manda’ se mostra essencial nessa guerra de poder. A morte também se faz presente quando se trata de poder, deixar viver ou matar é a realidade no filme. Para olhares superficiais o filme se mostra agressivo e apenas sobre a bandidagem e o tráfico, porém ele retrata a realidade das favelas do nosso país, faz a denúncia da pobreza, falta de informação e oportunidades e coloca como a criminalidade se mostra um acesso fácil de obtenção do que para aquela realidade é quase impossível.

O termo “poder disciplinar” de Michel Foucault pode esclarecer esses acontecimentos, no caso a domesticação dos corpos. Seria basicamente um ciclo: não receber o básico de sobrevivência, o indivíduo na sua revolta se coloca a fazer algo

considerado errado pelo Estado, o Estado usa de seu poder para mostrar que a sociedade não precisa desse(s) indivíduo(s) e os usa como forma de amedrontamento. Causa e efeito.

O filme citado carrega realidades constantes no nosso país e o racismo estrutural que persevera na nossa sociedade. O Estado se mostra efetivo para exterminar a bandidagem e o tráfico em sua Necropolítica, mas não é eficiente em investir em educação e direitos básicos para a população mais carente. Como citam grandes autores como Paulo Freire e Darcy Ribeiro, a crise que se instaura a anos na educação, não passa de um projeto político. Se não há uma educação fortalecedora de conhecimento, as pessoas não conhecerão suas histórias, suas origens, não terão a habilidade de distinção entre verdade e mentira e poderão com facilidade ser persuadidas. O único a ganhar com isso é o Estado, o que se prova nas eleições de 2018 em nosso país.

5. REFLEXÕES METODOLÓGICAS

O projeto de extensão da reaPODERE sempre teve grande impacto na universidade. Antes mesmo de ser uma integrante, sempre ficava sabendo das atividades e eventos realizados. Quando houve oportunidade, participei da seleção e consegui entrar, mas antes da Rede nunca tinha participado de nenhum outro projeto de extensão.

A Rede tem várias células de pesquisa e fui direcionada para a célula das crianças, ou seja, da comunidade da Estrada Velha. Com o passar do tempo realizando as atividades, conhecendo as crianças e suas famílias, fui criando um grande carinho por eles. Estar atuando no campo como observador-participante faz você criar laços e relações que por vezes podem até dificultar a pesquisa como diz Alonso (2016):

Os problemas da observação participante também são numerosos. O risco de interveniência da subjetividade do pesquisador é grande: a empatia pode gerar excesso de simpatia. A técnica requer estudos longos, consumindo meses ou anos, o que gera grande volume e alta variedade do material empírico, difícil de sistematizar ao final da pesquisa. Há ainda o problema típico dos métodos qualitativos, a generalização de conclusões produzidas a partir da observação de um único grupo. (ALONSO, 2016, p. 11)

Apesar do sentimento de presença e identificação com o espaço e as pessoas, não se pode esquecer que estamos ali devido a extensão universitária baseada em uma pesquisa e que tem atuação em campo. A pesquisa qualitativa apesar de suas problemáticas como qualquer outra técnica que possa ser utilizada, também se mostra eficiente da forma que se estrutura.

A observação participante se vale do acompanhamento sistemático de todas as atividades do grupo estudado. O pesquisador se insere no dia a dia do grupo, participa dele, como se fosse um membro. E procede ao registro sistemático (um diário de campo) de vários tipos de informação: eventos (ações), falas (discursos), gestos (comportamentos) e interações observados. Registra, também, as suas próprias experiências em campo. Quando desconhece as regras, a língua e o universo simbólico do grupo que estuda, o pesquisador recorre a um informante, que funciona como via de acesso e, eventualmente, como mediador cultural. (ALONSO, 2016, p. 10)

Enquanto estivemos no modo presencial, ou seja, antes da pandemia e o isolamento social, participei de dois eventos. O evento do dia das crianças que ocorreu no dia 31 de outubro de 2019 que foi realizado na Unilab e o segundo evento foi o do Natal realizado na própria comunidade. O evento que participei de maior impacto foi o do Natal, e apesar de já ter sido descrito aqui, lembrarei novamente o acontecimento.

Foi uma apresentação teatral que deu início com a música “Me solta” do cantor Nego do Borel, onde as meninas formaram um círculo, dançavam e alguém dizia “pega

ladrão”, então outro jovem da comunidade que representava um policial branco, chegava e abordava uma das meninas, a enquadrava e exclamava “puta, negra safada” e após isso a garota grita: “me solta porra!”, ainda se referindo à música do Nego do Borel. Depois se iniciou a música “*Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela onde eu nasci*”²¹ onde as meninas dançavam alegres e batendo no peito, exaltando o orgulho de viver na comunidade e depois seguiram dançando outras músicas de funk. Importante ressaltar que as crianças produziram tudo sozinhas, escolheram as temáticas e músicas e nós apenas soubemos na hora da apresentação do que se tratava.

A partir desse dia fiquei reflexiva sobre como as crianças lidavam e sentiam essa violência que partia da polícia. Com isso, alguns questionamentos me perseguiram: de onde se originou a apresentação? E logo imaginei que provavelmente elas teriam visto e/ou vivenciado alguma ou várias situações como essa na comunidade. E como as crianças criam estratégias para resistir a estas situações de violência? Mas logo tive minha resposta, a própria apresentação se colocava como estratégia de resistência. Utilizar o funk, que é um estilo musical marginalizado também é uma forma de resistência apesar de infelizmente haver uma visão negativa para o morador da favela/comunidade/morro que escuta o som.

Sabendo que as favelas são compostas em sua maioria por pessoas negras, além de ter plena consciência que a pobreza traz exclusão social, essas pessoas veem no funk a possibilidade de visibilidade, além do pertencimento. Arendt (2018) explicita muito bem esse fato quando diz:

Liberdades no sentido dos direitos civis resultam da libertação, mas não são de modo algum o conteúdo real da liberdade, cuja essência é a admissão no âmbito público e a participação nos assuntos públicos. (ARENDR, p. 25, 2018)

Ou seja, essas pessoas procuram voluntariamente ou involuntariamente a aceitação, a visibilidade e o pertencimento, utilizando do funk como a solução desses desejos, apesar de saber que sendo pobre, negro, favelado e apreciador do funk se torna um marcador social.

Com base nesses questionamentos senti a necessidade de pensar como se dá essa relação de poder e medo que as crianças tem em relação a polícia. Infelizmente devido a pandemia, não pude aprofundar meus questionamentos com as crianças, mas

21 Música: “Eu só quero é ser feliz”; autores: Cidinho & Doca; ano: 1995

procurei me aprofundar em referências bibliográficas que pudessem me dar fundamento e novas perspectivas para apresentar o tema proposto. Trouxe relatos de extensionistas, da qual considerei necessário para se perceber a partir dos próprios integrantes suas percepções e seus posicionamentos acerca dos fatos vivenciados. Também apresento relatos de diários de campo da rede, como forma de também compreender a partir de pessoas da qual não tive contato como percebiam as situações de violência que foram expostas junto com as crianças da comunidade. Exponho o relato do coordenador da reaPODERE, que explicita sua opinião sobre a rede e a extensão universitária. Além de minha própria experiência em campo, que me auxiliou a perceber como se dava as circulações e movimentações do campo, a relação entre morador com morador e morador com extensionista.

Devido a pandemia e o isolamento social, todas as entrevistas foram realizadas online e por meio do WhatsApp, uma ferramenta do mundo digital que pode ser muito útil. Os relatos colhidos de diários de campo e as fotos utilizadas também foram retiradas do meio digital com a permissão do coordenador da Rede, o prof. Dr. James Ferreira Moura Jr.

A partir de todos esses dados, a pesquisa se desenvolve em processos particulares, onde cada etapa escrita passa por transformações a sua forma. Iniciar o processo de escrita, sentir a necessidade de ter um relato sobre tal situação, colher esse relato, traça-lo ao texto de forma a complementar a própria fala, trazer imagens que retratassem não apenas as crianças, mas também apresentar o campo ao qual me inseri, apresentar minha própria trajetória e minhas proximidades com o campo, foram elementos essenciais para a construção deste trabalho.

Cavalleiro (1998) apresenta a seguinte questão:

Dentro do foco destacado pela pesquisa sobre a socialização da criança negra, julgo importante apontar o fato de ser eu uma pesquisadora negra. Se fosse uma pesquisadora branca, ou ainda, um pesquisador do se masculino que estivesse desenvolvendo pesquisa similar, o olhar deles sobre esse tema, por certo, seria um “olhar” diferente do meu. Sem dúvida, o fato de ter sido criança negra e ter vivenciado situações muito semelhantes às que lá encontrei, possibilitou-me identificar melhor os problemas. Ser mãe de crianças negras, educadora e diretora de pré escola, pesquisadora das temáticas educacionais e étnicas e ter estruturado a pesquisa dentro destes universos, acredito que esta trajetória de vida tenha contribuído muito para captar as informações que constam neste trabalho. (CAVALLEIRO, 1998, p. 77-78)

Me identifico bastante com a fala da autora, pois já ter vivenciado ou pelo menos se aproximado da realidade da qual se pesquisa, se desvendam situações que por vezes

antes não se percebia e se passava por algo irrelevante. Ter um histórico próximo a situação pesquisada traz não apenas vida a pesquisa, mas transporta sentimentos, pertencas, lembranças e não-lugares. A autora ainda traz uma passagem importante de Gilberto Velho (1989):

"(...)Lido com indivíduos que narram suas experiências, contam suas histórias de vida para um pesquisador próximo, às vezes conhecido. As preocupações, os temas cruciais são, e geral, comuns a entrevistados e entrevistador. A conversa não é sobre crenças e costumes exóticos à socialização do pesquisador. Pelo contrário, boa parte dela faz referência a experiências históricas, no sentido mais amplo, e cotidianas também do meu mundo e a minhas aflições e perplexidades. Eu, O pesquisador, ao realizar entrevistas e recolher histórias de vida, estou aumentando diretamente o meu conhecimento sobre a minha sociedade e o meio social em que estou mais diretamente inserido, ou seja, claramente envolvido em um processo de autoconhecimento (...)" (VELHO,1989 p.17 apud CAVALLEIRO, 1998, p. 78-79)

Neste contexto de mistura entre presencial e online que construí este trabalho, reunindo o máximo de informações possíveis para colocar de forma acessível e visível as situações de violências que nossas crianças passam diariamente, e de acordo com os dados, não apenas na Estrada Velha, mas sim em todo Brasil. O que estamos fazendo para que haja mudanças reais de transformação das estruturas racistas? O que estamos fazendo para que nossas crianças não sejam mortas por despreparo não apenas da polícia, mas de um Estado que persiste em ditar quem deve viver e quem deve morrer?

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG), Letramento, 2018.

ALONSO, A. **Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução**. MIRANDA, D. S. de; ALONSO, A.; GHEZZI, D. R.; JÚNIOR, J. S.; LIMA, M.; ALMEIDA, R. de. Em *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo*. 72 p. Sesc São Paulo/CEBRAP, São Paulo, 2016.

ARENDDT, Hannah. **Liberdade para ser livre** / Hannah Arendt; tradução e apresentação Pedro Duarte. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018. 76 p. (Coleção Por que política? v. 3)

BORGES, Juliana. **Necropolítica na Metrópole: extermínio de corpos, especulação de territórios**. Coluna no blog da Boitempo, junho, 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/06/01/necropolitica-na-metropole-extermínio-de-corpos-especulacao-de-territorios/>

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte – MG, Letramento, Justificando, 2018.

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. **A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas**. Topoi, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 162-173.

CARDOSO, Cintia. **Branquitude na educação infantil: um estudo sobre a educação das relações étnico-raciais em uma unidade educativa do município de Florianópolis**. Curitiba, 2018.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 240 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Programa de Pós-Graduação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência – 2020**. Rio de Janeiro: Ipea/FBSP. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>.

COSTA, E. A. G; TEMOTEO, F. R. O; MOURA JR, J. F; PEREIRA, J. P. B; NUNES, P. A. **Resistência de Crianças e territórios periféricos cearenses.** Agenda Social, vol. 15, n.2, p. 204 – 225, 2020.

CRUZ, Denise Ferreira da Costa. **O sacrifício do corpo: categorias de conhecimento sobre o cabelo crespo que transitam entre o Brasil e Moçambique.** Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. ISSN: 2525-4715 – Ano 2018, Volume 3, número 6, julho – dezembro de 2018.

EURICO, Marcia Campos. **Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo.** Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, 1º Semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 69 – 83.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública.** Ano 13. São Paulo, 2019, 218 p.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública.** Ano 14. São Paulo, 2020, 332 p.

GOMES, F. B.; SILVA, J. M. **Necropolíticas espaciais e juventude masculina: a relação entre a violência homicida e a vitimização de jovens negros pobres do sexo masculino.** Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 3, p. 703-717, dez. 2017. ISSN 2179-0892.

JANCZURA, Rosane. **Risco ou vulnerabilidade social?** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 301 - 308, ago./dez. 2012.

LEAL, Maria do Carmo; GAMA, Silvana Granado Nogueira da; PEREIRA, Ana Paula Esteves; PACHECO, Vanessa Eufrauzino; CARMO, Cleber Nascimento do; SANTOS, Ricardo Ventura. **A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no brasil.** Cadernos de Saúde Pública, [S.L.], v. 33, n. 1, p. 1-17, 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00078816>.

LIMA, Roberto Kant de. **Antropologia, Direito e Segurança Pública: uma combinação heterodoxa.** Cuadernos de Antropología Social N° 37, pp 43–57, 2013.

MACHADO, Eduardo Paes; NORONHA, Ceci Vilar. **A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas.** Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun 2002, p. 188-221.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. **Política de igualdade racial na realidade cearense**. Revista Em Pauta, n. 45, v. 18, p. 148 – 164, Rio de Janeiro, 1º semestre de 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Revista do ppgav-eba-ufrrj, n. 32, dezembro 2016.

MIRANDA, Ana Paula Mendes; PAES, Vívian Ferreira; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. **Antropologia e Políticas Públicas: Notas sobre a avaliação do trabalho policial**. Cuadernos de Antropología Social (Impresa), v. 25, p. 51-71, 2007.

MOURA JR, J. F; LIMA, A. A. S; FERREIRA, F. G. S. **Infância em situação de pobreza: relatos de experiências interseccionais da extensão universitária na Estrada Velha-Acarape/CE**. In: COSTA, G; Silva; E. R. O. (Org). Experiências em ensino, pesquisa e extensão na Unilab: caminhos e perspectivas. 1ª. ed. Fortaleza: Impreco, 2018, v.3, p. 452- 466.

MULLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. 1. Ed. Curitiba, Appris, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB – Rio de Janeiro, 05 de novembro, 2003.

NUNES, Míghian Danae Ferreira. **Cadê as crianças negras que estão aqui? O racismo (não) comeu**. Latitude, Vol. 10, nº 2, pp. 383-423, 2016.

PAIVA, Giselle de Souza; **Desenvolvimento neuropsicomotor infantil: fatores determinantes na pobreza**. 2009. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

RIBEIRO, A. A. M. **No meio e misturado: o moreno como identificação de cor entre estudantes de uma escola pública**. Conjectura, Caxias do Sul, v. 15, n. 1, p. 67-77, jan./abr. 2010.

RIBEIRO, Lucas Cabral. **História das polícias militares no Brasil e da Brigada Militar no Rio Grande do Sul**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

SALES, Larissa Jucá de Moraes; SÁ, Leonardo Damasceno de. **A condição do policial militar em atendimento clínico: uma análise das narrativas sobre adoecimento, sofrimento e medo no contexto profissional**. Repocs, v.13, n.25, jan/jun. 2016.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

SCHWARCZ, L. K. M. **Racismo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Publifolha, 2001. v. 1. 104p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. Companhia das Letras, São Paulo, 1993.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Crianças negras entre a assimilação e a negritude**. Revista Eletrônica de Educação, v. 9, n. 2, p. 161-187, 2015.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Coleção Tendências: v.4, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional e saúde da população negra**. Saúde Soc. São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016.

ZALUAR, Alba. **Sociabilidade, institucionalidade e violência**. In: ZALUAR, Alba. Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro, Editora FGV, 440p. 2004.

6.1 Material de Imprensa e Internet

Adolescente é morto em casa por PMs em Chorozinho; família relata invasão e policiais falam em arma. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/adolescente-e-morto-em-casa-por-pms-em-chorozinho-familia-relata-invasao-e-policiais-falam-em-arma-1.2961626>>.

Acessado em 22 de abril, 2021.

Advogados veem "excesso de dolo" em morte de Lázaro Barbosa. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/cidades/advogados-veem-excesso-de-dolo-em-morte-de-lazaro-barbosa-29062021>> Acessado em: 22 de julho, 2021.

Boletim IPPES 2020: Um panorama do suicídio policial no Brasil. Disponível em: <<https://ippesbrasil.com.br/noticias/boletim-ippes-2020-um-panorama-do-suicidio-policial-no-brasil/>> Acesso em: 27 de julho, 2021.

Caso Ágatha: Justiça torna réu e afasta PM acusado de ter matado a menina. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/12/08/caso-agatha-justica-torna-reu-pm-suspeito-de-ter-matado-a-menina.ghtml>>. Acessado em: 20 de abril, 2021.

Criança é impedida de se matricular em escola por ter cabelos crespos. Disponível em: <<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2019/03/14/crianca-e-impedida-de-se-matricular-em-escola-por-ter-cabelos-crespos/>>. Acessado em 23 de abril, 2021.

Em três anos, policiais mataram ao menos 2.215 crianças e adolescentes no país. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/12/em-tres-anos-policiais-mataram-ao-menos-2215-criancas-e-adolescentes-no-pais.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha> Acesso em: 27 de junho, 2021.

Família acusa polícia pela morte de Marcus Vinicius na Maré. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-06/familia-acusa-policia-pela-morte-de-marcos-vinicius-na-mare>>. Acessado em: 20 de abril, 2021.

Imagem de satélite Estrada Velha. Disponível em: <<https://google-maps.gosur.com/en/?ll=-4.2127522529618915,-38.70181487644504&z=16.737780236032894&t=satellite>> Acessado em: 28 de maio, 2021.

Mãe de jovem morto no Rio: “É um Estado doente que mata criança com roupa de escola”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/22/politica/1529618951_552574.html> Acesso em: 22 de julho, 2021.

Mortes em Paraisópolis: o que se sabe e o que falta esclarecer. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/12/02/mortes-em-paraisopolis-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-esclarecer.ghtml>>. Acessado em: 22 de abril, 2021.

PM esmurra e faz insultos racistas a jovem de black power: ‘desgraça de cabelo’.

Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/pm-esmurra-e-faz-insultos-racistas-a-jovem-de-black-power-desgraca-de-cabelo-veja-video/>>. Acessado em 23 de abril, 2021.

Repositório UECE. <<https://siduece.uece.br/siduece/pesquisarItemPublico.jsf>>. Acessado em 25 de abril, 2021.

Repositório UFC. <<http://www.repositorio.ufc.br/>>. Acessado em: 25 de abril, 2021.

Repositório UNILAB. <<http://repositorio.unilab.edu.br/jspui/>>. Acessado em: 25 de abril, 2021.